



Ministério da Educação

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

Centro de Formação Continuada de Professores

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação

Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

**O PLANO NACIONAL DO LIVRO E DA LEITURA – PNLL E O
PLANO DO DISTRITO FEDERAL DO LIVRO E DA LEITURA – PDLL:
Expectativas sobre a ampliação dos espaços de leitura em sala de aula**

Renata Pacini Valls

Professora-orientadora Shirleide Pereira da Silva Cruz

Professora monitora-orientadora Lucilene Costa e Silva

Brasília (DF), junho de 2013.

Renata Pacini Valls

**O PLANO NACIONAL DO LIVRO E DA LEITURA – PNLL E O
PLANO DO DISTRITO FEDERAL DO LIVRO E DA LEITURA – PDLL:
Expectativas sobre a ampliação dos espaços de leitura em sala de aula**

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica como exigência parcial para obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica sob orientação da Professora-orientadora Shirleide Pereira da Silva Cruz e da Professora monitora-orientadora Mestre Lucilene Costa e Silva.

TERMO DE APROVAÇÃO

Renata Pacini Valls Carvalho

**O PLANO NACIONAL DO LIVRO E DA LEITURA – PNLL E O
PLANO DO DISTRITO FEDERAL DO LIVRO E DA LEITURA – PDLL:
Expectativas sobre a ampliação dos espaços de leitura em sala de aula**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica pela seguinte banca examinadora:



Dra Shirleide Pereira da Silva Cruz – FE/UnB

(Professora-orientadora)



Profa. Mestre Wilcéa Pereira Stacciarini –SEE/DF

(Examinadora externa)

Brasília, 18 de maio de 2013

Primeiro encontre, depois procure.
Jean Cocteau, Journal d'un inconnu

DEDICATÓRIA:

Dedico esta publicação a todas as crianças, jovens e adultos que poderão desfrutar de conhecimento, informação, deleite, prazer, saúde e fruição a cada texto acessado, alcançado e encontrado...

Hoje, não posso dar-me ao luxo nem das minhas dores - sei muito bem que não é tempo de lágrimas; espera-se o máximo de nós e não podemos fraquejar - nem parar no meio do caminho - descansar é impossível - nem a nossa consciência nem a memória das vítimas que morreram nos permitiriam isso.

Edward Weston

Edward Weston (Retrato de Modotti) in: MANGUEL, Lendo
Imagens: uma história de amor e ódio, 2001, p. 105).

AGRADECIMENTO:

Agradeço, com muito orgulho, especialmente, a cada pessoa da minha família, pois todos me apoiaram imensamente neste ano de estudo, pesquisa, afinco e produção. Agradeço com afeto e com amor!

“A Aranha teceu a teia que proporcionou aos humanos a prefiguração do alfabeto, que utilizou os ângulos de teia para formar as letras.

A Corça perguntou à Aranha o que ela estava tecendo e por que as linhas que ela desenhava se pareciam com símbolos; e a Aranha respondeu: – Faço isto, porque é chegada a hora dos Filhos da Terra aprenderem a registrar os progressos por eles obtidos em sua Jornada na Terra. – Mas eles já registram suas experiências por meio de imagens – retrucou a Corça.

– Sim, disse a Aranha –, mas os Filhos da Terra estão ficando mais complexos e as gerações futuras precisam saber mais, pois serão incapazes de decifrar os petróglifos.

Foi assim que a Aranha teceu o alfabeto primordial, da mesma forma que havia tecido também o sonho do mundo que se manifestara na realidade concreta milhões de anos atrás.”

Jamie Sams & David Carson

RESUMO:

Esta pesquisa educacional utiliza metodologias qualitativas para alcançar o objetivo de analisar as expectativas de membros da SEEDF sobre o planejamento do uso do recurso do PDAF/2013 destinado à ampliação dos espaços de leitura de sala de aula. Tal trabalho tem os objetivos específicos de (1) analisar a expectativa de educadores sobre o impacto e os resultados pedagógicos que a destinação desse recurso pode provocar a partir da instalação ou ampliação dos espaços de leitura nas salas de aula, (2) e identificar as orientações pedagógicas que os participantes indiquem como essenciais para as despesas do recurso em análise, de forma a constituir uma política estável. A investigação entende a política pública proposta a partir do Plano do Distrito Federal do Livro e da Leitura - PDLL como conquista do Plano Nacional do Livro e da Leitura - PNLL. Assim, 10 participantes foram investigados, sendo que 6 responderam entrevistas, com roteiro semi-estruturado, gravadas e transcritas, e 4 responderam questionários. A escolha dos sujeitos considerou o grau individual de inserção na gestão educacional, abrangendo uma diversidade de experiências educacionais, de modo a alcançar tanto o professor de sala de aula como membros da alta gestão da SEEDF. A análise dos dados coletados foi organizada em categorias, e o exame das expectativas dos participantes indica a gestão democrática referente ao planejamento do uso do recurso financeiro como fator determinante para a efetiva implementação do processo de ampliação dos espaços de leitura nas salas de aula. Na visão dos entrevistados, os elementos essenciais para esse processo são: formação de mediadores de leitura; qualidade e diversidade do acervo; relação colaborativa dos espaços de leitura de sala de aula com a biblioteca escolar e, principalmente, envolvimento da comunidade escolar.

Palavras-Chave: Políticas Públicas de Educação, Plano Nacional do Livro e da Leitura - PNLL, Plano do Distrito Federal do Livro e da Leitura - PDLL, espaços de leitura de sala de aula, formação de leitores.

RELAÇÃO DE ABREVIATURAS E SIGLAS:

ALB – Associação de Leitura do Brasil
ASCOM – Assessoria de comunicação/SEEDF
CEAM – Centro de Estudos Multidisciplinares da UnB
CEDIV – Coordenação de Educação em Diversidade/SUBEB/SEEDF
CEINF – Coordenação de Educação Infantil/SUBEB/SEEDF
CEINT – Coordenação de Educação Integral/SUBEB/SEEDF
CERLALC – Centro Regional de Fomento ao Livro na América Latina e Caribe
CFORM – Centro de Formação Continuada de professores da UnB
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico/MCT
COEDH – Coordenação de Educação em Direitos Humanos e Educação Ambiental
COEDIN – Coordenação de Educação Inclusiva/ SEEDF
COENF – Coordenação de Ensino Fundamental/SEEDF
COLE – Congresso de Leitura no Brasil/UNICAMP
COMIED – Coordenação de Mídias Educacionais/SEEDF
CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação
CRE – Coordenação Regional de Ensino/SEEDF
DF – Distrito Federal
EAPE – Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação/ SEEDF
FBN – Fundação Biblioteca Nacional/MinC
FE – Faculdade de Educação/ UnB
FEDF – Fundação Educacional do Distrito Federal
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNLIJ – Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
GDF – Governo do Distrito Federal
GEBIVI – Gerência de Bibliotecas e Vídeos/ COMIED/SUMTEC/SEEDF
GELLEI – Gerência do Livro e da Leitura/CEINT/SUBEB/SEEDF
IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INDI – Instituto Nacional de Desenvolvimento Infantil
IPL – Instituto Pró-Livro
MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia
MEC – Ministério da Educação
MinC – Ministério da Cultura
MS – Ministério da Saúde
NEAB – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da UnB
NESUB – Núcleo de Estudos sobre Ensino Superior da UnB
NCIL – Núcleo dos Centros Interescolares de Línguas/GNESP/SUBEB/SEEDF
OEI – Organização dos Estados Ibero-Americanos
PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira /SEEDF
PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
PDLL – Plano do Distrito Federal do Livro e da Leitura
PELL/MS – Plano Estadual do Mato-Grosso do Sul
PELLL/RS – Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura do Rio Grande do Sul
PMLL/Canoas – Plano Municipal do Livro e da Leitura de Canoas, Rio Grande do Sul
PMLL/POA – Plano Municipal do Livro e da Leitura de Porto Alegre, Rio Grande do Sul

PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
PNBE – Programa Nacional Biblioteca da Escola
PNLD – Programa Nacional do Livro Didático
PNLL – Plano Nacional do Livro e da Leitura
PROLER – Programa Nacional de Incentivo à Leitura
PPP – Projeto Político Pedagógico
RLB – 3 Retratos da Leitura no Brasil (3ª edição/2011)
RA – Região Administrativa (Distrito Federal)
RS – Rio Grande do Sul
SECTI – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação
Secult/DF – Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal
SEDF – Secretaria de Educação do Distrito Federal
SEEDF – Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
SUBEB – Subsecretaria de Educação Básica/ SEEDF
SUMTEC – Subsecretaria de Modernização e Tecnologia/ SEEDF
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
UnB – Universidade de Brasília
UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
INTRODUÇÃO	12
O Contexto da pesquisa na SEEDF	12
CAPÍTULO I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	23
1.1 Breve Histórico das Políticas Públicas de Livro e Leitura	23
1.2 A Construção do Plano Nacional do Livro e da Leitura – PNLL	29
1.3 Plano do Distrito Federal do Livro e da Leitura – PDLL como mapa da atual falta de acesso ao livro e à leitura para a população do DF.....	33
1.4 O Programa de Descentralização Administrativa e Financeira – PDAF, em 2013, como Política Pública na Gestão Democrática: uma breve abordagem....	39
CAPÍTULO II - METODOLOGIA DA PESQUISA.....	44
2.1 Método de Coleta de Dados	44
2.2 Procedimentos e Instrumentos de Coleta de Dados	45
2.3 Participantes da Pesquisa	46
2.4 Procedimentos de construção das categorias de análise dos dados	48
CAPÍTULO III - ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	49
3. 1 Discussão e Descrição das Categorias de Análise Ilustradas pelos Dados à Luz da Bibliografia	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS	76
APÊNDICE – Caderno de Entrevista	
ANEXO - Portaria nº 71 de 2013, SEEDF, PDAF	

PREFÁCIO:

Este livro é sobre planos e ações.

Elaborados por pessoas engajadas em realizar na história
mudanças de rumos e transformações...

Este livro é sobre poemas e canções

quadros, peças teatrais,

sons, instalações, música,

performances, e muito mais...

Que lidos, interpretados, decodificados

preenchem e nutrem de imagens e de idéias:

mentes, almas e corações!

Que a presença da literatura e das artes todas, suas irmãs

de direito e de fato

de fato e por direito

componham identidades e culturas,

mentes e imaginários,

símbolos e criações de

um sem fim

uróboro infinito

... de uma história que sai de dentro da outra,

que dentro dela tem muitas histórias

com ritmo, movimento e magia!

Renata Pacini Valls

INTRODUÇÃO:

*Na escola o livro é trabalhado. E trabalhado vira chatura.
O livro é prá ser lido. A gente aprende geografia, matemática, português.
Tudo tem regra. Mas livro mexe com algo que não tem regras,
que é a emoção. O livro fala de paixão, de perda, de alegrias, de vida - por
isso ele é importante. Ler é um direito, não é um dever.
(Sylvia Orthof)*

O Contexto da pesquisa na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal:

Esta monografia se concretiza em um momento determinante na história do livro, da leitura e da literatura no Distrito Federal – DF: o Plano de Carreira que, votado na Câmara Legislativa do DF, em 30 de abril de 2013, reestrutura a Carreira Magistério Público do Distrito Federal e garante a percepção de Gratificação de Atividade Pedagógica aos professores de Educação Básica, atuantes em salas de leitura.

A conquista histórica acima relatada é resultado de movimentos sociais e de reivindicações de professores, de servidores da carreira assistência e da comunidade escolar em geral. Tal vitória é consequência tanto das lutas sindicais como da decisão, e opção, dos atuais gestores da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, que compreendem a importância da concepção da biblioteca escolar como dínamo cultural da Unidade Escolar. Assim, mais importante do que o fruto que ora brota é seu potencial de gerar sementes.

A fundamentação teórica deste estudo demonstra a importância da existência de um professor regente na biblioteca escolar, de um mediador de leituras, quando o objetivo é garantir a aprendizagem, a formação de leitores e o acesso à pesquisa, às tecnologias da informação, ao conhecimento e à cultura.

Interessante é pensar que a possibilidade de termos, na SEEDF, professores regentes nas salas de leitura é apenas uma das recentes conquistas relacionadas ao livro e à leitura no DF. Outras importantes iniciativas de fomento ao livro, à leitura, à literatura, à formação de leitores e à formação de mediadores de leitura vêm sendo realizadas na rede pública de ensino do DF.

Dessa forma, este Trabalho de Conclusão de Curso – TCC mostra como a definição de uma agenda política pode ser determinante para se alcançar conquistas relevantes no planejamento de políticas públicas. A percepção da Gratificação de Atividade Pedagógica para professores das salas de leitura da SEEDF, assim como o objeto desta pesquisa, são aqui compreendidos como resultantes de uma política pública nacional: a orientação aos estados e

municípios para elaboração, publicação e legislação de seus próprios planos de livro e leitura, utilizando como referência o Plano Nacional do Livro e da Leitura – PNLL. E nesse contexto histórico, o Plano do Distrito Federal do Livro e da Leitura – PDLL foi o quarto plano publicado no país.

O objeto desta pesquisa, inserido em todos os Eixos do PDLL (2012), tem seu enfoque mais especificamente centrado nos Eixos 1 e 3, a saber:

Eixo 1- Democratização do acesso e uso da informação; Linha de ação: Conquista de novos espaços de leitura. Subdividida entre duas diretrizes: (1) *Criar novos espaços de leitura no Distrito Federal e,* (2) *Criar novos espaços de leitura nas comunidades escolares.*

Eixo 3 - Valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico; Linha de ação: (2) Ações para converter o fomento às práticas sociais da leitura em política de Estado no âmbito distrital.

Esta pesquisa busca então compreender as expectativas de diferentes atores participantes de políticas públicas de fomento ao livro e à leitura na SEEDF, com destaque para uma política financeira específica, cujo objetivo é a ampliação e o fortalecimento dos espaços de leitura de sala de aula na SEEDF.

Diferente de outras investigações científicas, este trabalho busca conhecer uma política pública em construção, pois tal política foi publicada em 09 de abril de 2013, na Portaria nº 71, da Secretaria de Estado de Educação.

Este TCC é, portanto, parte de uma Especialização em Coordenação Pedagógica, e utiliza metodologia qualitativa para coletar e analisar os resultados de 6 entrevistas e 4 questionários. 4 entrevistas foram individuais, porém, além dessas, contemplou-se a coleta com duas participantes sendo entrevistadas juntas, num mesmo momento, de forma que nessa situação são considerados dois entrevistados em apenas uma entrevista. Assim, um total de 10 participantes forneceu dados até o período de finalização desta pesquisa. As entrevistas foram, em maioria, realizadas no local de trabalho dos participantes, e os questionários foram distribuídos no local de trabalho dos educadores, em diferentes situações.

A escolha dos sujeitos da pesquisa considerou o grau individual de inserção na gestão educacional, no qual os participantes ocupam uma diversidade de cargos na SEEDF. Portanto, foi uma escolha metodológica abranger uma ampla diversidade de papéis e funções. Além dos instrumentos que subsidiaram esta investigação, cerca de outros 15 questionários distribuídos não retornaram até o período de finalização desta monografia. Os questionários foram

distribuídos com o intuito de alcançar uma maior diversidade de participantes neste trabalho, incluindo integrantes de Coordenações Regionais de Ensino, de Coordenações da SUBEB, membros de Subsecretarias que não foram contempladas nestas análises, professores, membros da escola privada participante, e também uma adolescente moradora da RA Samambaia interessada em leitura.

Assim sendo, a realização de entrevistas foi fundamental no processo de coleta de dados para esta pesquisa, pois além das 5 entrevistas gravadas, apenas 4 educadores responderam ou devolveram os questionários preenchidos por escrito.

Caso novos dados sejam entregues a esta pesquisadora, eles serão analisados e confrontados com os dados desta coleta, ampliando as possibilidades de análises da pesquisa e proporcionando continuidade desta investigação, uma vez que os dados coletados até o presente momento respondem amplamente as perguntas desta investigação.

Diante do fato de que os participantes deste trabalho, em sua maioria, atuam como membros da alta gestão da SEEDF, e conhecendo a realidade da gestão democrática que atualmente se desenvolve nessa instituição, é possível afirmar que todos os investigados têm envolvimento, de maneira direta ou indireta, com as políticas públicas do livro e da leitura. Todos, então, têm sido envolvidos nas discussões e ações relacionadas às políticas de livro e leitura da Secretaria de Educação, incluindo a professora do banco de contratos temporários, lotada na Coordenação Regional de Ensino do Recanto das Emas. Todos os participantes concordaram em se identificar.

Na ordem de aplicação dos instrumentos, os sujeitos da pesquisa, são:

(1) Chefe de Gabinete do Secretário de Educação; (2) Professora de Contrato Temporário lotada na Coordenação Regional de Ensino – CRE/Recanto das Emas, (3) Coordenadora da Coordenação de Educação em Diversidade – CEDIV da Subsecretaria de Educação Básica – SUBEB, (4) Gerente da Gerência de Bibliotecas e Vídeos – GEBIVI entrevistada junto com a Coordenadora da Coordenação de Mídias Educacionais – COMIED, da Subsecretaria de Modernização e Tecnologia – SUMTEC, (5) Secretária Adjunta da SEEDF, (6) a diretora da escola privada Instituto Natural de Desenvolvimento Infantil - INDI, também Diretora de Assistência à Criança de uma instituição de Educação Infantil, a Creche do Pequeno Polegar, conveniada à SEEDF pela CRE/PPC, (7) a Gerente da Gerência do Livro e da Leitura – GELLEI, da Coordenação de Educação Integral – CEINT, na SUBEB, (8) o Coordenador da Coordenação de Educação em Direitos Humanos e Meio Ambiente – COEDH, da SUBEB e o

(9) Chefe de Núcleo do Núcleo dos Centros Interescolares de Línguas – NUCELIN da Gerência de Escolas de Natureza Especial – GNESE/SUBEB.

Esta investigação, portanto, objetiva apreender as expectativas dos participantes sobre o planejamento do uso de recurso financeiro específico, sendo tal recurso destinado às Unidades Escolares, pelo Programa de Descentralização Administrativa e Financeira – PDAF.

A Portaria n^o 71, de 9 de abril de 2013, disponível no ANEXO deste TCC, apresenta o propósito de que cada sala de aula da Educação Básica amplie seus espaços de leitura, conforme cita o item:

“31. Para a Unidade Escolar ampliar os espaços de leitura em sala de aula (valor do acréscimo multiplicado pelo quantitativo de sala de aula);”

Desse modo, o valor fixado em R\$ 200,00 (duzentos reais) por sala de aula, com base nos dados do Censo Escolar de 2012 e atualizações que incluem cada sala de aula das escolas inauguradas em 2013, *“§22 [...] destina-se à aquisição de prateleiras e/ou sapateiras e pequenos acervos para sala de aula, visando fortalecer as estratégias de ampliação dos espaços de leitura, conforme previsão no PDLL.”* (Portaria n^o 71, de 9 de abril de 2013, Secretaria de Estado de Educação, GDF)

O investimento da SEEDF, nesse item, para todas as Unidades Escolares de Educação Básica, em 2013, totaliza valor aproximado a R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais). Este valor corresponde a uma ação em cerca de 8.500 salas de aula em cerca de 640 escolas da Educação Básica incluindo: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, EJA, Centros de Ensino Especial, Escolas Parque e os Centros Interescolares de Línguas.

Portanto, o objetivo geral dessa investigação é analisar as expectativas dos participantes desta pesquisa, dos educadores, e de membros da SEEDF, sobre o que se espera do planejamento referente ao uso do recurso acima descrito, bem como quais os resultados esperados com a implementação dessa política de ampliação e fortalecimento de espaços de leitura de sala de aula na SEEDF.

E os objetivos específicos desta pesquisa são (1) analisar a expectativa de educadores sobre o impacto e os resultados pedagógicos que a destinação desse recurso pode provocar a partir da instalação ou ampliação dos espaços de leitura nas salas de aula; e (2) identificar as orientações pedagógicas que os participantes indicariam como essenciais para as despesas do recurso em análise, de forma a constituir uma política efetiva.

O interesse pelos temas leitura e formação de leitores foi o catalisador da minha formação inicial como pesquisadora. Ainda durante a graduação, quando instigada a compreender as ações de mediação de leitura e de formação do gosto pela leitura, em 1998, concorri pela primeira vez ao edital de bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq/UnB.

A experiência em pesquisas, por três anos consecutivos no PIBIC, e como auxiliar de pesquisas em núcleos do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília – CEAM/UnB, como o Núcleo de Estudos sobre Ensino Superior – NESUB e o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros – NEAB, durante a graduação em pedagogia, embasou minha prática pedagógica nestes dez anos de docência na Secretaria de Educação, histórico este que me proporciona sempre um olhar investigativo e uma práxis constantemente pautada no fomento à leitura em salas de aula, em salas de leitura, em bibliotecas escolares e nos Projetos Político-Pedagógicos das Unidades Escolares onde atuei.

Assim, em 2012 desempenhei o papel de Coordenadora Pedagógica em Nível Central, na Coordenação de Educação Integral, da SUBEB, na recém criada Gerência do Livro e da Leitura – GELLEI. Nessa ocasião, o trabalho orientado a ampliar os tempos e espaços de leitura nas escolas e na comunidade escolar, teve como cerne a construção e a implementação do Plano do Distrito Federal do Livro e da Leitura – PDLL, tendo sido realizado um conjunto de ações relacionadas a este plano.

O encontro desta militante-pesquisadora do livro e da leitura com a prática diária de colaborar com a construção da Política Pública do Livro e da Leitura no DF, no âmbito da SEEDF, nesse momento em que esta política local se nutre no Plano Nacional do Livro e da Leitura, foi para mim elemento motivador de vida, trabalho e pesquisa.

Se justifica ainda pela importância de investigar uma política pública educacional que pode, se realizada de maneira efetiva, gerar impactos positivos na qualidade do ensino.

A política em estudo, de ampliação e fortalecimento dos espaços de leitura de sala de aula implementada pelo Programa de Descentralização Administrativa e Financeira PDAF/2013, se configura principalmente como uma política de acesso ao livro e à leitura. Tal política é, conseqüentemente, entendida nesse estudo como uma política que conduz à construção da cidadania.

Assim, o incentivo ao gosto pela leitura e o interesse na formação de leitores foram meus companheiros inseparáveis na jornada da prática pedagógica na SEEDF. Mantive então,

nas minhas ações e no espírito pedagógico da prática docente, a militância do direito à leitura, do direito à imaginação e do direito ao desenvolvimento do imaginário, entre outros direitos que compõem uma infância e uma juventude cidadã. Portanto, esses meus quinze anos de engajamento, ação e militância me constituem como partícipe da história.

A criança terá o direito à liberdade de expressão. Esse direito incluirá a liberdade de procurar, receber e expandir informações e ideias de toda espécie sem considerações de fronteiras, sob forma oral, escrita, impressa ou artística ou por qualquer outro meio escolhido pela criança. (Convenção sobre os direitos da Criança e à participação, Artigo 13 in: ANDI, 2011, p.43).

O encantamento com o tema do livro, da leitura e da formação de leitores é a grande motivação desta investigação. Dessa forma, me sinto imensamente instigada ao me perceber parte do Plano Nacional do Livro e da Leitura enquanto mediadora da construção do Plano do Distrito Federal do Livro e da Leitura, no âmbito da SEEDF. E esse mesmo sentimento aparece nos textos que narram a construção dessa política nacional.

Como afirma Affonso Romano de Sant’Anna (2010) ao relatar seu engajamento e militância na questão do livro, da leitura e das bibliotecas no decorrer da história do Brasil: “Todos falávamos de ‘revolução’. [...] Fazer o povo ler era, contudo, uma utopia. [...] há aqui algo testemunhal [...] porque quando alguém, como eu, já passou sete décadas vivenciando lutas e fracassos, é inevitável que história pessoal e geral se confundam” (SANT’ANNA In: MARQUES NETO, 2010, p. 11).

Os artigos de análise sobre a segunda edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, desenvolvida pelo IBOPE e publicada em 2008 pelo Instituto Pró-Livro – IPL, demonstram que os termos do binômio leitura e cidadania estão intimamente relacionados.

Leitura e cidadania têm tudo a ver. É um binômio correto, objetivo, que anuncia a estreita relação entre uma ação de governo e sua consequência na vida dos nacionais. Ao tempo da colônia, o governante proibia a leitura e a difusão do conhecimento. O propósito era não formar cidadãos, privilégio admitido apenas aos membros da elite. O país democrático, que abre espaço para que os contrários convivam em paz dentro do mesmo espaço político, precisa oferecer mais e mais oportunidades a todos para aprender, conhecer, ler e, por intermédio desse caminho, se transformar em cidadãos de fato e de direito. Nos últimos anos o Brasil avançou muito nessa estrada. Os desafios vão mudando de qualidade se a tecnologia oferecer novas oportunidades. (WERTHEIN, J. In: AMORIM, 2008, p. 43)

Essa pesquisa então trata da efetivação de uma política ofertada pelo Estado, que se pretende emancipatória e de empoderamento da sociedade. De acordo com Hubert Alquères, o acesso à leitura e à escrita significa o acesso a instrumentos de poder.

Pode-se afirmar que a linguagem escrita é uma das maiores invenções de todos os tempos, um instrumento que evoluiu para atender ao inexorável avanço da humanidade. Tão grande é sua importância que se tornou uma ferramenta de poder: aqueles que detinham o domínio do conhecimento, em geral adquirido pela escrita e pela leitura, passaram a sobrepor-se àqueles que não o possuíam (ALQUÉRES, H. In: AMORIM, 2008, p.11).

Essa tônica é recorrente nos textos de Paulo Freire (1997) que aborda a indissociabilidade entre educação e política e, mais especificamente, a indissociabilidade entre a educação e a questão do poder. José Castilho Marques Neto (2010), enquanto Secretário Executivo do PNLL, mostra a importância do livro como valor simbólico e o risco de retrocesso histórico nas conquistas alcançadas pelo PNLL, a depender da efetividade das políticas públicas. No que se refere ao pensamento de José Castilho sobre o direito à leitura, destaco o trecho a seguir, tendo em vista que coaduna com os demais articulistas da mesma publicação, representando-os.

O autor argumenta sobre a importância de um debate entre os setores envolvidos na constituição e utilização do PNLL, para atender ao objetivo de construção de uma política efetiva.

Se hoje vivenciamos um movimento que encontra nas políticas públicas apoio e parceria contra a reserva da informação, do conhecimento e da reflexão para poucos e a favor da luta pelo tão sonhado direito à leitura para todos, sempre haverá o grande risco de retrocesso se apostarmos na ocultação das discordâncias que ainda persistem e não no debate construtivo e aberto. Há que se superar o conflito acima do razoável entre os interesses do Estado e os dos setores produtivos. Há que se superar desentendimentos paroquiais e mesquinhos que atrasam o avanço do setor para o lugar que merece no escopo cultural do país: a leitura como item imprescindível para o desenvolvimento de todas as manifestações culturais. Se a hora é agora e se concordamos todos em avançar e consolidar os patamares alcançados, vamos prosseguir no diálogo em patamares ainda mais elevados e ambiciosos, superando atos menores que criam obstáculos e impedem que o livro e a leitura alcancem o patamar de prestígio e influência que deveriam ter no cenário político, social e econômico do Brasil. (MARQUES NETO In: _____, 2010, p.15-16)

Para retomar a argumentação sobre a importância da leitura na constituição de cidadãos, apresento novo trecho de Jorge Werthein, no qual destaca a inclusão digital e a alfabetização como estratégias de construção da cidadania.

Há um país a ser feito. E uma sociedade a ser construída por cidadãos. Seus habitantes só vão merecer a cidadania plena se cuidarem da educação com o carinho que o assunto requer e a prioridade que necessita. Inclusão digital é um capítulo importante do processo brasileiro de levar educação a todos. Aqueles 9% de analfabetos deverão desaparecer em pouco tempo. O Plano de Desenvolvimento de Educação (PDE) estabelece que dentro de 15 anos

todas as crianças com até 8 anos estarão alfabetizadas no Brasil. É possível, é viável. Restarão os analfabetos funcionais, os que sabem ler e escrever, mas não conseguem entender o texto que está diante deles. E sempre haverá espaço e caminho para evoluir na construção da cidadania. (WERTHEIN, J. In: AMORIM, 2008, p. 47-48)

A citação de Werthein tem interconexão com o objetivo do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, a seguir apresentado. Ambos demonstram que o marco legal proposto no Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, que visa a erradicação do analfabetismo no Brasil, está hoje em prática por meio de políticas públicas nacionais e estaduais que promovem a soma de esforços da comunidade escolar. A agenda governamental de erradicação do analfabetismo no Brasil e de garantia da alfabetização de crianças até os oito anos de idade é colocada em prática por novos marcos legais e agendas políticas como o Compromisso Todos pela Educação, o Plano Nacional de Educação e o Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa – PNAIC.

Vale lembrar que, na SEEDF, o PNAIC é considerado prioridade, assim como a erradicação do analfabetismo na população adulta no DF, promovida pelo Programa DF Alfabetizado.

Sobre o PNAIC, o Ministério da Educação afirma que:

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é um compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e dos municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos, ao final do 3º ano do ensino fundamental. [...] As ações do Pacto são um conjunto integrado de programas, materiais e referências curriculares e pedagógicas que serão disponibilizados pelo Ministério da Educação e que contribuem para a alfabetização e o letramento, tendo como eixo principal a formação continuada dos professores alfabetizadores. (BRASIL, Ministério da Educação, PNAIC, folheto de divulgação, sem data).

A soma de esforços das políticas públicas, com a finalidade de erradicar o analfabetismo e reparar o analfabetismo funcional no Brasil, é valorizada nesta investigação, tendo em vista a análise de dados publicada em 2012 no artigo intitulado “A Leitura da Leitura”, no jornal Correio Braziliense.

No referido artigo, a autora Lucília Garcez, doutora em lingüística, escritora e militante da questão da leitura, analisa dados de uma pesquisa realizada por instituições como Ação Educativa, Instituto Paulo Montenegro e IBOPE. Garcez propõe uma interpretação desses dados combinada a dados da terceira edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, publicada em 2011.

Garcez ressalta dados alarmantes sobre o comportamento leitor da população brasileira ao destacar que 32,5 milhões de brasileiros acima de 15 anos são analfabetos funcionais, o que, segundo a articulista, significa que decodificam palavras, mas não compreendem o que lêem e são incapazes de usar a leitura como instrumento de ação efetiva nas práticas sociais.

O artigo informa também que 38% dos portadores de diploma de ensino superior não alcançam o nível de alfabetização plena no Brasil, que 50% dos brasileiros não têm o costume de ler e que 75% da população brasileira nunca entrou numa biblioteca.

A média de livros lidos por habitante no Brasil, exceto os livros didáticos, é de apenas 1 livro por habitante a cada ano, enquanto que em países de Primeiro Mundo os índices indicam mais de dez livros por habitante/ano. Garcez indica tais dados como razões do atraso no desenvolvimento do país, ao considerar que “a leitura é fator essencial para o desenvolvimento humano, social e econômico de um país, pois o avanço tecnológico depende de qualificação, e qualificação está ligada à habilidade de leitura (2012, p.19)”.

Muitas ações relevantes se concretizaram no decorrer da história da educação, da cultura e das políticas públicas do livro no Brasil, porém, como afirma Sant’Anna (2010), a maioria dessas ações tratava em separado livro, leitura e biblioteca. Os autores da publicação PNLL *Textos e História* (2010) mostram que é necessário pensar no desenvolvimento de políticas públicas de forma sistêmica, integrada e multidimensional. Após a criação do PNLL as políticas passaram a tratar esses termos de forma integrada e indissociável.

Em uma primeira análise, a política pública em estudo nesta investigação pode ser compreendida como uma política de acesso ao livro. Diferente de momentos anteriores na história, o PNLL e o PDLL entendem as políticas de acesso intrinsecamente relacionadas à mediação da leitura e ao incentivo, a fim de que o objeto de leitura ao alcance do indivíduo seja, de fato, lido.

Na terceira edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, organizada por Zoara Failla (2012), e denominada por seus articulistas como RLB – 3,3, Marisa Lajolo apresenta reflexões e análises sobre a distribuição de livros por meio de financiamentos públicos. Com isso, seus questionamentos justificam o desenvolvimento de pesquisas sobre o acesso aos livros comprados por programas governamentais.

Em 2010, um total de 163.133.158 (cento e sessenta e três milhões, cento e trinta e três mil, cento e cinquenta e oito) livros foi adquirido pelos principais programas de execução direta do Ministério da Educação, tais como o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD e o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE e suas derivações.

Para Lajolo, a importante análise dos dados da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (3ª. edição) pode “fundamentar tanto políticas governamentais, quanto decisões da cadeia produtiva do livro, relativas à identidade de seu produto e aos modos de sua distribuição.” (2012, p. 171)

Ao refletir sobre a circulação dos livros produzidos e publicados no Brasil Lajolo, doutora, escritora premiada pelo Prêmio Jabuti, questiona:

O que acontece com os livros que o governo compra?
Eles chegam às escolas. Ótimo!
E será que chegam às mãos e aos olhos dos alunos? Que tipo de pesquisa pode responder a esta questão? Não seria urgente planejar uma pesquisa que estudasse a destinação final dos livros em que, acertadamente, o governo investe tanto? (2012, p.170)

Assim, essa pesquisa que aqui se apresenta focaliza as expectativas de educadores sobre uma política, em fase de implementação, que pretende proporcionar aos alunos da rede pública de ensino do DF o acesso aos livros que, embora adquiridos pelo governo, nem sempre chegam aos seus destinatários.

A referida pesquisa pretende colaborar no sentido de que incentivar o trabalho pedagógico relevante e consistente no que se refere à formação de leitores, ao prazer da leitura e da literatura e à qualidade do acesso, quando o livro chegar de fato às mãos, aos ouvidos e aos olhos de cada aluno da rede pública de ensino do DF. Espera-se, então, que a política educacional financeira, em análise, produza cidadania.

Os dados analisados mostram que a promoção da cidadania, a formação de leitores e a formação do senso crítico da comunidade escolar somente serão consolidados se houver o total envolvimento da comunidade escolar. Ressalta-se assim a importância do envolvimento de todos no planejamento do empenho desse recurso a fim de garantir uma política efetiva.

Esta pesquisa pretende analisar, com base na relevância do acesso ao livro e à leitura nas salas de aula, os aspectos de uma política pública financeira de fomento à democratização do acesso à leitura, no momento de sua criação e implementação.

É importante destacar que, durante essa investigação, foram encontradas poucas e recentes publicações específicas, que datam de 2011, 2012 e 2013, a respeito dos espaços de leitura de sala de aula, também conhecidos como cantinhos de leitura, centros de leitura, bibliotecas de sala, bibliotecas de sala de aula, bibliotecas expandidas ou bibliotecas circulantes. Existem, no entanto, referências na página eletrônica da Revista Nova Escola com sugestões pedagógicas para incentivar leitores a preparar espaços de leitura de sala de aula.

Algumas publicações tratam ainda de políticas públicas em implementação, com o objetivo de garantir o acesso ao livro e à leitura nas turmas em processos de alfabetização, como existente no Projeto TRILHAS/MEC e no PNAIC, que promovem uma ampliação da distribuição de livros do Programa Nacional Biblioteca Escolar – PNBE com a finalidade de compor as bibliotecas de sala de aula e incentivar o empréstimo domiciliar.

A partir de 2013, todas as salas de turmas de alfabetização de escolas brasileiras terão uma minibiblioteca com cerca de 25 livros de literatura para estimular o hábito da leitura desde o início da trajetória escolar. Essa estratégia está contida no **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Disponível em <<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2012-09-04/turmas-de-alfabetizacao-terao-biblioteca-em-sala-de-aula-a-partir-de-2013.html>>, acesso em 08 abril. 2013.)

A política em análise nesta pesquisa compõe uma tendência recente, de políticas públicas de ampliação do acesso ao livro e à leitura nas salas de aula do país. No entanto, a política em análise se diferencia por universalizar esse acesso nas Unidades de Ensino do DF atendendo, em 2013, todas as faixas etárias, todos os níveis e as modalidades da Educação Básica da rede pública de ensino do DF: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio incluindo o Ensino Regular, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial e as Unidades de Ensino complementares como os Centros Interescolares de Línguas e as Escolas Parque.

Desse modo, tais informações implicam na necessidade de pesquisas nessa área, bem como na necessidade de publicações científicas que abordem essa temática, tão relevante para o desenvolvimento e a formação de leitores e de cidadãos plenamente alfabetizados.

CAPÍTULO I- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:

Este é o momento de todas as lideranças políticas comprometidas com o setor, das lideranças associativas, culturais e do povo da leitura e da literatura juntarem forças para dar o grito que seja finalmente ouvido pelos que dirigem o país e comandam seus recursos.
(MARQUES NETO, 2010, p. 16)

A fundamentação teórica deste trabalho é composta por textos, artigos, livros e pesquisas que oferecem reflexões sobre a história brasileira das políticas públicas do livro, da leitura e da literatura, principalmente a história recente, que ressalta a importância do Ano Ibero-Americano do Livro e da Leitura, em 2005, como impulso para a retomada dos movimentos sociais na busca por políticas públicas nessa área, de abrangência educacional e cultural.

1.1 Breve Histórico das Políticas Públicas de Livro e Leitura:

As conquistas históricas relatadas na introdução deste trabalho, certamente, têm sido fortalecidas por uma Agenda de Políticas Públicas de Leitura promovida internacionalmente pela Organização dos Estados Ibero-Americanos – OEI, em conjunto com o Centro Regional de Fomento ao Livro na América Latina e Caribe – CERLALC. Tais instituições alertam para a necessidade de priorizar as políticas de leitura como políticas de desenvolvimento e, assim, somam esforços para a concepção de Planos Nacionais de Livro e Leitura nos países em que têm participação.

Assim como outros países, o Brasil atendeu a orientação do CERLALC e, em 2006, publicou o Plano Nacional do Livro e da Leitura – PNLL, uma política intersetorial que promove diálogos entre ministérios, desde a sua concepção. Por sua vez, o Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED desenvolve variadas estratégias para incentivar os Governos Estaduais e o Distrito Federal a desenvolverem, publicarem e legislarem seus planos estaduais de livro e leitura. E, nessa mesma lógica, a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME tem incentivado os municípios brasileiros elaborar seus planos do livro e da leitura.

Até o período de realização desta pesquisa, já foram publicados os seguintes planos neste país, pela ordem de elaboração: Plano do Livro e Leitura do Estado do Mato-Grosso do Sul – PELL/MS, Plano Municipal do Livro e da Leitura de Canoas, Rio Grande do Sul – PMLL/Canoas, Plano Municipal do Livro e da Leitura de Porto Alegre, Rio Grande do Sul –

PMLL/POA e Plano do Distrito Federal do Livro e da Leitura – PDLL. E o Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura – PELL/RS está atualmente em processo de consulta pública, no endereço eletrônico da Secretaria de Estado de Cultura do Rio Grande do Sul.

Nesse contexto, o Plano do Distrito Federal do Livro e da Leitura – PDLL foi o quarto lançado (em 2011) tendo sido, após o primeiro ano de discussões e trabalho coletivo, publicado em 2012. A publicação do PDLL foi realizada em conjunto por três Secretarias de Estado do Distrito Federal: Secretaria de Cultura – SECULT, Secretaria de Ciência e Tecnologia da Informação – SECTI e Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, SEEDF, do Governo do Distrito Federal – GDF.

Oficinas, reuniões, grupos de trabalho, seminários, palestras, plenárias, conferências e audiências públicas locais ou nacionais integraram as estratégias de elaboração desse plano. Indivíduos e a coletividade foram ouvidos e subsidiados nesse processo de registro de opiniões e estratégias de ação, que buscou contemplar diversas instâncias governamentais e da sociedade civil em todo o Distrito Federal.

Os documentos mostram que o Ano Ibero-Americano da Leitura, em 2005, foi um marco significativo para a retomada das discussões e o início do estabelecimento de uma grande rede de atores, membros, ativistas, de ações coletivas ou individualizadas de promoção da leitura no Brasil e em outros países do mundo, principalmente países hispânicos e membros da América latina.

Assim, a construção de políticas públicas por meio de marcos históricos e acordos internacionais objetiva promover a formação de agendas políticas capazes de mudar, de fato, os cursos da história. Nesse sentido, as ações fomentadas pelo Ano Ibero-Americano da Leitura, denominado no Brasil como *Vivaleitura* e batizado na Espanha como *Ilimita*, foram determinantes para a retomada de discussões, bem como para a reunião de forças que, separadas, haviam sido vítimas de uma história desoladora, fruto da irresponsabilidade da descontinuidade de políticas de governos e de ações governamentais.

Governos mostram que têm uma política efetiva para um setor quando criam marcos de legalidade e instrumentos gerenciais para sustentar investimentos suficientes para que aquele setor se desenvolva na escala necessária ao país. Sociedades civis se afirmam quando demonstram quais são os valores e bens culturais que são mais essenciais ao desenvolvimento do país e da cidadania (MARQUES NETO In: _____ (Org.), 2010, p.16).

A história do livro e do fomento à leitura no Brasil é marcada por alternâncias entre a promoção e o esquecimento por parte das políticas públicas. Retomando uma história recente, podemos citar Afonso Romano de Sant’Anna (2010, p.11), escritor e ativista desse campo,

que destaca a importância do envolvimento da academia nesse tema, bem como elenca fatos marcantes na promoção da leitura, tais quais a criação da pós-graduação no país, em 1968; a fundação da Associação da Leitura no Brasil – ALB; a criação do Congresso de Leitura no Brasil – COLE, realizado na UNICAMP, como determinantes para a conceituação de termos como *analfabeto funcional* e *letramento* e; e a criação da Cátedra UNESCO de Leitura da PUC – RJ, em 2006.

Diversos autores mostram os prejuízos ocasionados, no governo Collor (em 1990), pela extinção do Instituto Nacional do Livro, criado em 1937, e a conseqüente dispersão de seus funcionários. Nesse mesmo governo, o próprio Sant’Anna, à frente da Fundação Biblioteca Nacional colaborou com a fundação do PROLER e do Sistema Nacional de Bibliotecas. Tais ações, no entanto, foram desmobilizadas pelo Ministro da Cultura do governo Fernando Henrique Cardoso, cujo ministério da Educação criou o Programa Nacional Biblioteca Escolar.

Em 30 de outubro de 2003, a Lei nº 10.753, conhecida como Lei do Livro, foi sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e institui a Política Nacional do Livro.

No artigo “*A importância do mestre-escola, ou do professor como mediador de leitura*”, Carlos Alberto Ribeiro Xavier (2010, p.145-148) aponta a importância de que o professor atue como mediador de leitura para a formação do hábito de leitura na sociedade brasileira. O autor destaca então o problema da falta de continuidade das políticas públicas educacionais ao longo da história deste país. Para Xavier:

[...] livro é insubstituível e é evidente a importância dele na formação do hábito da leitura. Mas nem sempre se pensou assim e o problema da leitura não se resolve apenas com a distribuição de livros. Há sempre que se lembrar a importância do mediador da leitura, seja ele um professor ou alguém que faça esse papel em casa. (XAVIER, in: MARQUES NETO, 2010, p. 145)

O autor ressalta assim que não se vê em uma retrospectiva histórica no Brasil, uma política pública “clara e permanente em favor do professor como mediador da leitura ou para a formação do leitor. E isso é indispensável a qualquer jovem no mundo moderno”. (2010, p. 146) Para ele,

A leitura é uma experiência muito ampla, que inclui a própria percepção que o homem tem do mundo e as diferentes formas de compreender os ambientes. Essa percepção que o homem tem do mundo encontra no livro a melhor forma de registro, fazendo-nos capazes de aprender, organizar e construir nosso próprio conhecimento.

Contudo, podemos ler qualquer manifestação da natureza – o movimento das estrelas, a marcha das estações, o movimento das marés ou a fenologia das plantas – assim como os testemunhos do ser humano – sua simples presença, suas atividades ou sua produção cultural – que podem ser reconhecidos

desde os mais remotos documentos arqueológicos até a mais recente edição de um jornal diário. (Xavier, in: MARQUES NETO 2010, p.146)

No decorrer da história, em grande maioria, as políticas públicas da leitura no país visaram à distribuição de livros, mas a mediação da leitura e a formação de leitores nunca foram fomentadas numa ação nacional conjunta, como se impõe agora, pelo PNLL, numa solicitação da sociedade civil organizada.

O Quadro 1, a seguir, destaca fatos históricos considerados relevantes na história recente do livro, da leitura e da formação de leitores no Brasil.

Quadro 1

Fatos significativos na história do livro e da leitura no Brasil

Ano	Acontecimento
1968	Criação da FNLIJ – Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil
1981	Fundação da ALB – Associação de Leitura do Brasil
1984	Inauguração do Programa Nacional de Salas de Leitura (vigente até 1996)
1988	Constituição da República Federativa do Brasil
1990	Extinção do Instituto Nacional do Livro (fundado em 1937)
1991	Fundação do PROLER – Programa Nacional de Incentivo à Leitura
1996	Lei 934/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
1997	Inauguração do PNBE – Programa Nacional Biblioteca na Escola
2001	Divulgação dos dados da primeira edição da Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil
2003	Lei – 10.753/03, Lei do Livro
2003	Programa Arca das Letras (Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA)
2004	Programa Fome de Livro (Objetivo: Criação de Bibliotecas Públicas em cada Cidade Brasileira)
	Criação da Câmara Setorial do Livro, Literatura e Leitura
	Desoneração fiscal do livro
2005	Existência de Bibliotecas em 90% dos municípios brasileiros
	1ª. Conferência Nacional de Cultura
	Ano Ibero-Americano da Leitura – VIVALEITURA
2006	Lançamento do Plano Nacional do Livro e da Leitura – PNLL
2007	Criação do Instituto Pró-Livro (OSCIP)
2008	Divulgação da 2ª. edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil
2010	Lei 12.343/10 - Institui o Plano Nacional de Cultura – PNC
	PELL – MS
	PMLL – Canoas/RS
	2ª. Conferência Nacional de Cultura
	Lei 12.244 – Universalização das Bibliotecas nas Instituições Escolares
2011	Publicação do Livro <i>PNLL: Textos e História (2006-2010)</i>
	Publicação da pesquisa Avaliação das Bibliotecas Escolares no Brasil
	PMLL – Porto Alegre/RS
2012	Divulgação da 3ª edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil
	PDLL – DF
	Publicação das Metas do Plano Nacional de Cultura

Fonte: Elaborado pela autora

O Quadro 1 apresenta-se como uma linha do tempo, e assim mostra que programas governamentais de incentivo à leitura nem sempre têm a desejada continuidade. Os artigos da publicação PNLL: *Textos e História* (2010) questionam uma alternância entre as instituições responsáveis pelas políticas do livro no país, uma vez que a política ora é encampada pelos órgãos responsáveis pela educação, ora pela cultura.

A criação do PNLL de maneira integrada entre os Ministérios da Educação e da Cultura, pela Portaria Interministerial nº 1537, de 31 de agosto de 2006, é uma conquista acertada que pode possibilitar a maior capilaridade das ações, a distribuição de responsabilidades e a continuidade de programas, projetos e ações.

No Quadro 1 é possível observar que há uma continuidade na constituição de legislações publicadas em nível federal como a Lei do Livro e a Lei da Universalização das Bibliotecas nas Instituições Escolares. Do mesmo modo, a publicação de Planos Municipais e Estaduais de livro e leitura pode ser observada.

É importante citar ainda, a relevância do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, criado em 1968, com a finalidade de captar recursos financeiros e os canalizar para projetos educacionais conforme as diretrizes do MEC. Assim, atualmente o FNDE contempla, dentre outros, programas significativos no que se refere diretamente à compra e à distribuição de livros. Seus diversos programas vislumbram o aprimoramento da qualidade dos serviços educacionais, tais como o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, o Programa Nacional Biblioteca na Escola – PNBE e o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE.

Quadro 2

Momentos da história recente do livro no DF

Ano	Acontecimento
2011	Lançamento do Plano do Distrito Federal do Livro e da Leitura – PDLL
2012	1ª. Bienal Brasil do Livro e da Leitura
2012	PDLL – Plano do Distrito Federal do Livro e da Leitura (Publicação em 29/10/2012)
2013	Criação de acréscimo no PDAF, para ampliação dos espaços de leitura em sala de aula (SEEDF)
2013	Plano de Carreira da Carreira Magistério Público do DF, que institui Gratificação de Atividade Pedagógica aos atuantes em Salas de Leitura, Laboratórios de Ciências e Laboratórios de Informática (SEEDF)

Fonte: Elaborado pela autora

Os Quadros I e II contextualizam o objeto desta pesquisa em seu momento histórico. Assim, é possível observar que o fomento à ampliação dos espaços de leitura de sala de aula na SEEDF não é uma ação isolada, mas parte de um conjunto de políticas propostas no PDLL. Além dos fatos acima mencionados, seminários, reuniões, audiências públicas, eventos de formação de leitores, e uma diversidade de eventos de formação de mediadores de leitura compõem esse momento histórico da criação e implementação do PDLL.

Além das ações da SEEDF, a Secult-DF e a SECTI têm desenvolvido ações propostas no PDLL, a fim de fomentar o livro e a formação de leitores na capital do país.

1.2- A construção do Plano Nacional do Livro e da Leitura – PNLL:

A concepção de política pública nesse trabalho é a mesma entendida por Höfling quando afirma que as políticas públicas são “as de *responsabilidade* do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada” (2001, p.31).

Assim sendo, para uma sociedade, o processo de definição de políticas públicas reflete os conflitos de interesses que perpassam as instituições do Estado e da sociedade como um todo.

Desde a publicação do PNLL, instituições como o Ministério da Cultura, o Ministério da Educação, o Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED e a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME têm realizado estratégias diversas para incentivar a produção dos planos de livro e leitura nos estados, municípios e no Distrito Federal, o que demonstra interesse dessas instituições na concretização de avanços nessa área.

O Plano Nacional do Livro e da Leitura foi criado inicialmente como um diagnóstico, um mapa das ações do Estado e da sociedade civil em tudo o que se refere ao livro e à leitura. Na ocasião, uma parcela significativa da sociedade foi ouvida, e questões que envolvem as políticas e as ações governamentais ou da sociedade civil foram registradas e estudadas coletivamente, em conferências setoriais.

As Conferências Regionais e Setoriais de Cultura, a criação da Câmara Setorial do livro e a realização de seminários e grupos de trabalho foram parte da metodologia utilizada para a construção desse Plano decenal.

Governança educacional refere-se, portanto, a como os sistemas e as organizações educacionais são estabelecidos, como neles o poder é distribuído e exercido, quais estruturas são empregadas, como ocorre o processo decisório, quais são suas responsabilidades formais, quais são os papéis formais e informais, qual a relação entre os distintos atores, quais as relações entre os distintos níveis e esferas de autoridade, como se exerce a responsabilidade fiscal, como ocorre o adequado registro e emprego orçamentário, entre outras questões. (ALVES, M. In: GUIMARÃES-LOSIF, R., 2012, p.136)

O PNLL contempla então questões relacionadas ao acesso, à democratização, ao fomento, à formação de mediadores de leitura, além de ações de pesquisa sobre o tema, financiamentos, gestões e ainda o que se refere à produção, desde a concepção e a formação de escritores, até a distribuição, passando pelos processos editoriais e comerciais e pelos significativos intercâmbios nacionais e internacionais.

Desse modo, a ação de governança educacional na produção do PNLL surge da articulação de dois diferentes ministérios:

[...] sem o PNLL não teríamos aproveitado a oportunidade em favor do livro e da leitura. Preparamo-nos na hora certa. E o que destacar desta preparação? Foi feita uma exitosa articulação entre os Ministérios da Cultura e da Educação, entre o governo e a sociedade. Foi combinada uma pauta certa dentro do Minc quanto do MEC, foi selecionado aquele elemento mais importante para a difusão do livro (a biblioteca) e se trabalhou muito, de norte a sul, na indução de políticas para o setor. Assim, o PNLL está mostrando com estes resultados que é muito mais que um rol de ações, é um amálgama, um pacto. (MARQUES NETO, 2010, p.192-193)

Embora tenha sido construído ao mesmo tempo em que o Plano Nacional de Cultura – PNC, o PNLL contempla um dos setores desse plano em especial, e juntos tais planos objetivam a construção de direitos sociais. PNLL e PNC, então, relacionam-se intrinsecamente.

A leitura e a escrita devem ser consideradas base em processos de formulação e implantação de políticas públicas de educação e cultura dos governos em todos os níveis e modalidades de ensino e de administração, e, junto com o tema das línguas, perpassá-las estruturalmente tal como proposto no PNC. [...] A consolidação de políticas e programas de fomento deve ser pensada a curto, médio e longo prazo, com ênfase no caráter permanente. (PNLL, 2010, p.34)

Observa-se que, tanto na construção do PNLL como na do PDLL, é possível construir políticas públicas em uma perspectiva democrática. Frutos das Conferências e Regionais de Cultura, e de suas 24 Assembleias Setoriais, o tema conjunto livro, leitura e literatura é concebido como um dos setores das ações e práticas culturais no âmbito do Ministério da Cultura, bem como de suas políticas de gestão. Assim, PNLL e PNC se articularam em resposta à 2ª. Conferência Nacional de Cultura e à todas as assembleias regionais e setoriais que a antecederam.

Na realidade, a democracia participativa provoca maior impacto na sociedade, haja vista sua capacidade de enfrentar os desafios da inclusão e do respeito ao multiculturalismo. A democracia participativa sugere uma articulação com a democracia representativa, pois a primeira também se respalda na participação em conselhos diversos criados, por vezes, pelo próprio Estado e, por outras, pela sociedade civil organizada, fazendo-nos entender que a luta está acontecendo dentro e fora do Estado. (MEDEIROS, 2011, p.139)

Nos processos de construção dos Planos Decenais aqui abordados (PNC, PNLL e PDLL) o governo mobilizou, escutou e registrou uma amplitude de setores da sociedade, enquanto que à esta sociedade, couberam as tarefas de participar, conhecer, opinar, colaborar, refletir, votar, escolher, contemplar e deliberar.

Se o nosso objetivo é avançar na construção de um país leitor, é fundamental promover a reflexão e o debate sobre esses resultados envolvendo os diferentes segmentos da sociedade e o governo. Será necessário estreitar relações para buscar soluções efetivas amparadas nas políticas públicas e nas ações de especialistas, representantes do governo e da cadeia produtiva do livro (YUNES, Jorge. In: GALENO AMORIM, 2008, p.7)

O Quadro 3 apresenta assim os Eixos Estratégicos e as Linhas de Ação do Plano Nacional do Livro e da Leitura que, por se aproximar em muito do PDLL, uma vez que todas as linhas têm relação intrínseca umas com as outras, estão aqui apresentados em um mesmo esquema.

Quadro 3

Plano Nacional do Livro e da Leitura – PNLL / Eixos Estratégicos e Linhas de Ação

PNLL - Eixos Estratégicos e Linhas de Ação:
1. Democratização do Acesso e Uso da Informação
1.1 Implantação de novas bibliotecas 1.2 Fortalecimento da rede atual de bibliotecas 1.3 Conquista de novos espaços de leitura 1.4 Distribuição de livros gratuitos 1.5 Melhoria do acesso ao livro e a outras formas de expressão da leitura 1.6 Incorporação e uso de tecnologias da informação e comunicação
2. Fomento à Leitura e à Formação de Mediadores
2.1 Formação de mediadores de leitura 2.2 Projetos sociais de leitura 2.3 Estudos e fomento à pesquisa nas áreas do livro e da leitura 2.4 Sistemas de Informação nas áreas de bibliotecas, da bibliografia e do mercado editorial 2.5 Prêmios e reconhecimento às ações de incentivo e fomento às práticas sociais de leitura
3. Valorização Institucional da Leitura e Incremento de seu Valor Simbólico
3.1 Ações para converter o fomento às práticas sociais da leitura em política de Estado 3.2 Ações para criar consciência sobre o valor social do livro e da leitura 3.3 Publicações impressas e outras mídias dedicadas à valorização do livro e da leitura
4. Desenvolvimento da Economia do Livro
4.1 Desenvolvimento da cadeia produtiva do livro 4.2 Fomento à distribuição, circulação e consumo de bens de leitura 4.3 Apoio à cadeia criativa do livro 4.4 Maior presença no exterior da produção nacional literária, científica e cultural editada

Fonte: PNLL, 2010 e PDLL, 2012 (adaptado pela autora)

Destaco do Quadro 3 as seguintes Linhas de Ação do PNLL e do PDLL, como as que se relacionam de forma mais direta com a política financeira do recurso aditivo do PDAF, em análise nesta pesquisa: *(1.3) Conquista de novos espaços de leitura; (1.5) Melhoria do acesso ao livro e a outras formas de expressão da leitura; (2.1) Formação de mediadores de leitura (2.2) Projetos sociais de leitura; (3.1) Ações para converter o fomento às práticas sociais da leitura em política de Estado; (3.2) Ações para criar consciência sobre o valor social do livro e da leitura; (4.2) Fomento à distribuição, circulação e consumo de bens de leitura.*

Dessa forma, a política do livro e da leitura vem sendo construída, e deve ser avaliada anualmente, numa perspectiva democrática que escuta e contempla as contribuições dos diversos setores envolvidos: autores, escritores, editores, distribuidores, livreiros, educadores,

mediadores de leitura, atuantes em bibliotecas, membros da academia, além de membros da gestão pública. O PNLL tem esse lema em seu subtítulo: “Estado e sociedade atuando pelo desenvolvimento da leitura no Brasil.”

Há muitos anos o Brasil esperava uma política que pudesse se pleitear duradoura e permanente, mais abrangente e inclusiva do que qualquer outra que já tivesse sido realizada no país, respeitando os avanços e sabedorias acumulados desde as primeiras lutas para que a leitura se tornasse parte do cotidiano dos brasileiros. Uma política que pudesse, finalmente, romper a barreira que considera o letramento uma questão apenas de alfabetização, sem considerar os inúmeros aspectos culturais que acompanham a aquisição do direito à leitura, conciliando a Educação e a Cultura como partes indispensáveis ao processo de construção de leitores. E que, da mesma maneira que conciliasse Cultura e Educação, pudesse também se apoiar em outro binômio indispensável a esta luta pela leitura: a ação coordenada do estado com a Sociedade. (MARQUES NETO, 2010, p. 13, 14)

Assim como Höfling (2001) afirma que políticas sociais são as ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, com o intuito de diminuir as desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico, essa investigação sugere que visões diferentes de Estado, de sociedade e de política educacional geram projetos diferentes de intervenção política.

Ao entender o Estado brasileiro como um Estado capitalista, cujo governo se intitula de esquerda, é compreensível notar que as políticas de livro e leitura elaboradas, a partir de 2004, durante o governo Lula, tenham sido elaboradas por um conjunto diverso de atores da sociedade brasileira, e que tal conjunto procure contemplar todos os setores envolvidos nesse tema.

No entanto, nota-se que os temas da leitura e da cultura despontam com relativa força nesse momento político, tendo em vista que são temas que empoderam a sociedade pois, se bem desenvolvidos, são capazes de dar à sociedade um olhar mais crítico e questionador.

1.3- Plano do Distrito Federal do Livro e da Leitura – PDLL como mapa da atual falta de acesso ao livro e à leitura para a população do DF:

Dada a necessidade urgente de reparar a problemática histórica da falta de acesso ao livro no Distrito Federal, o PDLL é entendido por seus autores como uma política de reparação.

A discussão democrática do PDLL no âmbito da SEEDF corrobora a necessidade urgente de reparar problemas históricos como a falta de recursos humanos qualificados para suprir a totalidade das bibliotecas escolares. Urge valorizar o livro, a leitura e a literatura no campo educacional. (DISTRITO FEDERAL, PDLL, 2012, p. 31)

Desse modo, os dados publicados em 2012 no PDLL mostram a totalidade de bibliotecas abertas à população no DF no ano de 2008.

Quadro 4

Bibliotecas no DF em 2008

Bibliotecas	Administração	Número	
Bibliotecas Especializadas	Pública	Poder Executivo	82
		Poder Judiciário	17
		Poder Legislativo	06
	Privada	30	
Bibliotecas Universitárias	Pública	03	
	Privada	46	
Bibliotecas Escolares	Pública	438	
	Privada	58	
Bibliotecas Públicas	Pública	28	
Bibliotecas Comunitárias	Pública	06	
Total	Públicas e Privadas	714	

Fonte: PDLL, 2012 / Dados do Conselho Regional de Biblioteconomia (2008)
(Adaptado pela autora).

O Quadro 4, portanto, demonstra a necessidade de realização de pesquisas quantitativas e qualitativas no sentido de mapear a real situação da leitura, do acesso à leitura e do comportamento leitor nas escolas e na população do D.F, tal como afirma a publicação do PDLL:

É notória a ausência de ações políticas de fortalecimento do hábito da leitura, assim como da ampliação do acesso ao livro. A Gerência do Sistema de Bibliotecas Públicas do DF, por exemplo, aponta que, em 2011, grande parte das bibliotecas públicas encontrava-se em condições precárias de funcionamento, com acervos desatualizados e desorganizados, com números insuficientes de servidores e falta de conexão à internet para uso do público. (DISTRITO FEDERAL, PDLL, 2012, p.22)

O PDLL demonstra ainda a importância de criação e construção de bibliotecas públicas, sejam elas bibliotecas comunitárias, escolares, setoriais ou bibliotecas parque, de diferentes características administrativas e com uma diversidade de horários de atendimento.

Assim sendo, tais bibliotecas devem ser organizadas para atrair públicos de diferentes idades, bem como devem ser preparadas para realizar uma diversidade de ações multiculturais, de modo a ampliar de fato o acesso à toda forma de leitura à toda população do DF, promovendo a busca pela leitura, pela literatura, pela informação e pelo conhecimento.

A SEEDF propõe a ampliação dos tempos e espaços de leitura nas escolas e na comunidade. Cabe repensar o planejamento de novos espaços de leitura, a revitalização e construção de bibliotecas. Há necessidade de dotá-las de livros informativos, itinerários, revistas, jornais e suportes midiáticos. Acredita-se que a biblioteca pode e deve ser um lugar privilegiado para o ambiente real de letramento e, com isso, favorecer a formação dos alunos. (DISTRITO FEDERAL, PDLL, 2012, p. 31)

A realidade das bibliotecas escolares no DF é semelhante à analisada na pesquisa Avaliação das Bibliotecas Escolares no Brasil (2011), que conclui que em muitas escolas brasileiras não há bibliotecas escolares ou salas de leitura.

Dessa forma, a política de ampliação dos espaços de leitura de sala de aula não pretende substituir as salas de leitura ou bibliotecas escolares. Tal política tem a finalidade de expandir a abrangência pedagógica desse recurso de aprendizagem, uma vez que aproximará fisicamente aluno e livro.

Os participantes da Avaliação realizada pelo MEC em parceria com a OEI e a Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ demonstram que o uso das bibliotecas escolares nem sempre condiz com o proposto nos Planos Nacional e do Distrito Federal.

Frequentemente, quando os entrevistados se referiam à biblioteca, percebia-se que expressavam a ideia de “depósito de livros para empréstimo”, de espaço físico para a leitura, de local de “pesquisas” solicitadas pelos professores como tarefas escolares e, até mesmo, de lugar de castigo. Pesquisa, neste caso segue aspeada, pelo fato de as demandas por essa atividade na escola serem de sentido discutível em relação ao que significa pesquisar, como estudado por Bagno (1998), que aponta como tarefa burocratizada e sem objetivos definidos, em vez de instrumento de fundamental de reflexão e aquisição de conhecimento. Há ainda, nas escolas, uma prática recorrente de retirar da sala de aula o estudante que, segundo o juízo do professor, não se “comporta” com atenção e imóvel diante da esperada atitude passiva reinante no modelo de condições de aprendizagem. Um dos locais escolhidos para manter os alunos castigados por esse “mau” comportamento inclui a biblioteca. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS, 2011, p.63)

Com recursos humanos insuficientes ou inexistentes, as bibliotecas escolares ou salas de leitura do DF, quando existem, nem sempre estão disponíveis aos alunos, sendo que muitas vezes nem mesmo os professores têm acesso aos acervos escolares.

O conceito de Biblioteca e, sobretudo de biblioteca escolar, é muito pouco conhecido e/ou difundido. Apesar da importância de uma biblioteca escolar, o conhecimento de suas práticas implica, inicialmente, considerar a diversidade de concepções, expressas pelas próprias denominações que assumem nos espaços escolares: *biblioteca, sala de leitura, cantinho da leitura, biblioteca expandida*. Como as palavras não são neutras, o uso de algumas expressões por determinadas comunidades escolares revela os sentidos que atribuem à biblioteca. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS, 2011, p.62-63)

Portanto, a biblioteca e a biblioteca escolar são entendidas no PNLL (2010, p.33) e no PDDL (2012, p.42) como um dínamo cultural difusor de informação e de cultura, centro de formação continuada, núcleo de lazer e entretenimento. Tais planos valorizam esse espaço como de “estímulo à criação e a fruição dos mais diversificados bens artístico-culturais; para isso, deve estar sintonizado com as tecnologias de informação e comunicação, suportes e linguagens.”

O conceito de biblioteca escolar está presente no Manifesto IFLA/Unesco para Biblioteca Escolar, segundo o qual essa biblioteca deve habilitar os estudantes para o aprendizado ao longo da vida, desenvolvendo a imaginação e preparando-os para viver como cidadãos responsáveis. É parte integral do processo educativo, sendo essencial a qualquer tipo de estratégia de longo prazo no tocante ao desenvolvimento competente da leitura e da escrita, ao acesso à informação e ao desenvolvimento social, cultural e econômico. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS, 2011, p.62-63)

Além das bibliotecas escolares, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF oferece à população o atendimento público nas instituições listadas no Quadro 5.

Quadro 5

Bibliotecas Públicas da SEEDF abertas à comunidade

Característica	Instituição	Localização no DF
Bibliotecas Setoriais	Biblioteca Setorial 108/308 sul	Brasília
	Biblioteca Infantil 104/304 sul – Escolinha de Criatividade	Brasília
Bibliotecas Comunitárias	Biblioteca Gisno	Brasília
	Biblioteca Comunitária Érico Veríssimo	Brazlândia
	Biblioteca Monteiro Lobato	Planaltina
	Biblioteca Rui Barbosa	Sobradinho
	Biblioteca Cora Coralina	Ceilândia
	Biblioteca JK	Guará
	Biblioteca Cecília Meireles	Taguatinga

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados do PDLL, 2012.

A análise do Quadro 5, criado neste TCC, a partir das informações do PDLL, demonstra que nem todas as 14 Coordenações Regionais de Ensino da SEEDF oferecem serviços de bibliotecas setoriais ou comunitárias abertos à comunidade. Essa situação se agrava ao perceber que, para alcançar as 31 cidades ou Regiões Administrativas do Distrito Federal, ainda é necessária minimamente a construção de 24 Bibliotecas Comunitárias ou Setoriais, a fim de atender a população, com serviços educacionais de fomento à leitura.

A situação da falta de acesso ao livro e à cultura se agrava se comparada à concepção arquitetônica de Brasília, que prevê uma Biblioteca Setorial no centro de cada Unidade de Vizinhança. Porém, em 53 anos de Brasília, apenas as duas primeiras bibliotecas setoriais foram construídas, sendo atualmente administradas como Gerências da Coordenação Regional de Ensino Plano Piloto/Cruzeiro.

As bibliotecas setoriais da SEEDF, Biblioteca Infantil 104/304 sul – Escolinha de Criatividade e Biblioteca Setorial 108/308 sul, ao atender o público em diferentes horários e estruturas de atendimento, desenvolvem trabalhos significativos na formação de leitores, e mostram-se como políticas públicas relevantes do acesso ao livro, à leitura e à formação de leitores, capazes de ler uma variedade de linguagens e em diversos suportes textuais.

O Quadro 5 demonstra então que a situação atual está muito aquém da proposta por Lúcio Costa. A atuação da Biblioteca Setorial 104/304 sul – Escolinha de Criatividade é considerada como referência na formação de leitores e no desenvolvimento da fruição de diversificados bens artístico-culturais, conforme propõe o PDLL. É, portanto, esse espírito

formador de leitores de todas as linguagens e em todos os suportes que deve compor os espaços de leitura de sala de aula.

O Quadro 6, a seguir, elaborado a partir de dados do Censo Escolar, apresenta a quantidade de alunos matriculados nas Coordenações Regionais de Ensino que não possuem bibliotecas setoriais ou comunitárias da SEEDF.

O número de alunos abaixo relacionado compõe todos os níveis e modalidades de ensino, da Creche ao Ensino Profissionalizante e toda a Educação Básica que inclui Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos.

Quadro 6

Coordenações Regionais de Ensino que não possuem bibliotecas da SEEDF abertas à comunidade, além das bibliotecas escolares, em 2012

Coordenação Regional de Ensino	Número de Alunos Matriculados nas Unidades de Ensino da CRE
Paranoá	22.573
São Sebastião	22.510
Núcleo Bandeirante	23.346
Santa Maria	26.571
Gama	38.086
Samambaia	26.571
Recanto das Emas	27.589
Total:	187.246

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados da SEEDF (Censo Escolar, 2012) e do PDLL, (2012).

Para atender todas as Coordenações Regionais de Ensino, subdivisões administrativas da SEEDF, com bibliotecas setoriais ou comunitárias, com foco no atendimento aos alunos da rede pública de ensino e abertas à comunidade, seria válido retomar o projeto de Lúcio Costa e construir Bibliotecas Setoriais prioritariamente em Regiões Administrativas das CREs: Paranoá, São Sebastião, Núcleo Bandeirante, Santa Maria, Gama, Samambaia e Recanto das Emas.

O Quadro 6, apresentado acima, mostra a quantidade de alunos da SEEDF que não tem acesso ao livro, à leitura e à pesquisa em Bibliotecas Setoriais ou Comunitárias mantidas pela SEEDF. Não significa que esses alunos não tenham acesso à leitura em suas escolas e Unidades de Ensino, ou em outros espaços de leitura comunitários ou estatais administrados

pelas Administrações Regionais das suas Regiões Administrativas ou mantidos pela Secretaria de Estado de Cultura do DF.

A motivação para criação do Quadro 6 parte da necessidade de visualizar a demanda de alunos matriculados na rede pública de ensino, que não tem acesso às atividades educacionais de acesso ao livro e aos diversos suportes de leitura que são hoje proporcionadas gratuitamente nas 9 Bibliotecas Setoriais e Comunitárias de rede pública de ensino do D.F..

O Quadro 6 mostra que 187.246 alunos não têm ao seu alcance, na comunidade, a possibilidade de pegar um livro emprestado, realizar uma pesquisa escolar, ou ouvir uma história narrada por um profissional de educação, fora do ambiente e do horário em que frequenta a sua Unidade Escolar.

A criação do fomento para a criação e o fortalecimento dos espaços de leitura de sala de aula contribui para ampliar o acesso ao livro e à leitura na Unidade Escolar. O Aditivo do PDAF/2013, aqui em análise não substitui as possibilidades pedagógicas de mediação da leitura que podem ser oferecidas pela Biblioteca Escolar e pela Biblioteca Comunitária ou Setorial.

Estes aparelhos culturais e educativos, criados no planejamento urbanístico de Lúcio Costa, possibilitam o acesso da comunidade às ações diárias de mediação de leitura proporcionadas por profissionais da educação.

1.4 - O Programa de Descentralização Administrativa e Financeira – PDAF, em 2013, como Política Pública na Gestão Democrática: uma breve abordagem

Os direitos humanos referem-se aos direitos subjetivos dos indivíduos, direitos do cidadão (cidadania). Esses direitos devem ser atendidos, considerados, respeitados, efetivados nas relações dos indivíduos com as organizações, inclusive e, mormente, as organizações educacionais, considerando a sua relevância social e política. Assim, a governança educacional se associa à cidadania, à ação política, à responsabilidade social... e isso tudo tem a ver com educação e gestão escolar. Em outra perspectiva, como reciprocidade da parte do cidadão-indivíduo para com o coletivo-sociedade, cabe por sua vez ao cidadão participação e respeito para com os sistemas e as organizações educacionais no que tange a sua estrutura organizacional e governativa. (ALVES, M. In: GUIMARÃES-LOSIF, R., 2012, p.136 – 137)

Por tal citação, Alves aborda o conceito de governança, intimamente ligado ao da gestão democrática, e alerta para a necessidade de o cidadão participar dos sistemas e organizações educacionais.

Assim, sabe-se que atualmente existem várias estratégias governamentais para garantir a autonomia financeira e a gestão democrática nas escolas públicas de educação básica em todo o país.

A gestão democrática é entendida como a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, pais, professores, estudantes e funcionários na organização, na construção e na avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola, enfim, nos processos decisórios da escola. (João F. de OLIVEIRA; Karine N. de MORAES; Luiz F. DOURADO. Disponível em <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4sala_politica_gestao_escolar/pdf/texto2_1.pdf>, acesso em: 08 nov. 2013.)

Desse modo, na esfera federal, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, conforme a adesão e de acordo com dados do Censo Escolar do ano anterior, distribui o recurso específico para que as escolas tenham condições de aprimorar tanto suas condições físicas como suas condições pedagógicas. (UNDIME, 2012, p.171)

Alves afirma ainda que a governança se constitui por conquistas e renúncias, individuais e do grupo, que se integram e interagem. Para Alves, na esfera pública, a governança contribui para expressar, de modo pleno, o exercício da democracia. (2012, p.135)

A governança educacional encontra seu amplo sentido ao ser indutora de políticas públicas e de relações entre Estado, governo, capital, setores produtivos e sociedade civil, no cumprimento do dever cidadão de todos os brasileiros em garantir a universalidade e a qualidade da escolarização. (ALVES, M. In: GUIMARÃES-LOSIF, R., 2012, p.140 -141)

Segundo Alves, os modelos de gestão educacional ampliam a discussão sobre o exercício do poder quando o tema é a centralização ou descentralização da gestão dos sistemas educacionais (2012, p. 137), sendo princípios da governança: (1) a transparência, (2) a equidade, (3) a prestação de contas e (4) a responsabilidade sócio-organizacional.

Uma adequada governança educacional é fator dinamizador de ações pedagógico-educativas adequadas, eficazes e coerentes com o papel social e político da educação. A governança educacional estabelece (e opera com resultados) a relação existente entre currículo/orçamento/pessoas. Devendo ser, portanto, prioridade nas decisões nas práticas da gestão escolar, tanto na esfera pública, quanto na privada. (ALVES, M. In: GUIMARÃES-LOSIF, R., 2012, p.141)

Podemos observar que o Plano Nacional do Livro e da Leitura - PNLL foi planejado considerando a relação entre estado e sociedade. Marques Neto aponta a necessidade de que o empenho de recursos públicos nas políticas públicas de fomento à leitura seja pensado e planejado pela sociedade abrangente.

Este é o momento de todas as lideranças políticas comprometidas com o setor, das lideranças associativas, culturais e do povo da leitura e da literatura juntarem forças para dar o grito que seja finalmente ouvido pelos que dirigem o país e comandam seus recursos (MARQUES NETO In: _____ (Org.), 2010, p. 16).

A gestão democrática é norteadora das ações da SEEDF, fundamenta-se na Lei nº. 4751/12, que trata do Sistema de Ensino e da Gestão Democrática da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Com o intuito de assegurar uma gestão mais democrática dos recursos e do planejamento pedagógico, bem como garantir a relação entre o gasto com os recursos públicos e o Projeto Político Pedagógico em cada escola, o Programa de Descentralização Administrativa Financeira de 2013 inova a forma de empenho dos recursos, e pressupõe a participação total da comunidade escolar, além da participação do Conselho Escolar.

O Conselho Escolar é um colegiado formado por todos os segmentos da comunidade escolar, constituído por pais, estudantes, professores, direção e funcionários. Tem asseguradas as funções consultiva, deliberativa, normativa e fiscal. Os Conselhos Escolares na Educação Básica, concebidos pela LDB como uma das estratégias de gestão democrática da escola pública, tem como pressuposto o exercício de poder, pela participação, das comunidades escolar e local (LDB, art 14). Ressalta-se que sua atribuição é deliberar, nos casos de sua competência, e aconselhar os dirigentes, no que julgar prudentes, sobre as ações a empreender e os meios a utilizar para o alcance dos fins da escola. O Conselho existe para dizer aos dirigentes o que a comunidade quer da escola e, no âmbito de sua competência, o que deve ser feito (UNDIME, 2012, p.137-138).

A fim de garantir o envolvimento da comunidade escolar no planejamento do uso dos recursos do PDAF, bem como dar conhecimento a toda a comunidade escolar sobre como gasto financeiro foi planejado em cada Unidade Escolar, a partir da publicação da Portaria nº 71, de 09 de abril de 2013, o PDAF, em seu artigo 16, exige que, após a assinatura do Conselho Escolar na ata de prioridades de empenho do recurso financeiro, a Assembléia Geral Escolar seja noticiada, a fim de conhecer e assinar o documento, de modo a respaldar a decisão do Conselho Escolar.

Art. 16 Inclui os §§ 2º., 3º. E 4º. Ao artigo 11: “§ 2º. Após a aprovação da ata de prioridades pelo Conselho Escolar, o mesmo deverá convocar a Assembléia Geral Escolar para dar conhecimento dos recursos repassados à Unidade Escolar, por meio do Programa, bem como divulgar na comunidade. § 3º. A Assembleia Geral Escolar mencionada no § 2º. Deste artigo deverá conter representação de todos os segmentos da comunidade escolar, estabelecida no art. 3º. Da Lei nº. 4751/12, que trata do Sistema de Ensino e da Gestão Democrática da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. § 4º. A ata de Prioridades deverá ser divulgada, permanentemente,

no mural da Unidade Escolar.”, e remunera o parágrafo único como § 1º. (Portaria n.º 71, de 9 de abril de 2013, Secretaria de Estado de Educação, GDF)

Os autores do comentário a seguir compartilham do mesmo entendimento referente à ação proposta pela SEEDF, no que diz respeito à importância da participação da comunidade escolar, desde a elaboração do Projeto Político Pedagógico – PPP até a definição da aplicação dos recursos recebidos pela escola.

A gestão democrática implica um processo de participação coletiva. Sua efetivação na escola pressupõe instâncias colegiadas de caráter deliberativo, bem como a implementação do processo de escolha de dirigentes escolares, além da participação de todos os segmentos da comunidade escolar na construção do Projeto Político-Pedagógico e na definição da aplicação dos recursos recebidos pela escola. (João F. de OLIVEIRA; Karine N. de MORAES; Luiz F. DOURADO. Disponível em <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4_sala_politica_gestao_escolar/pdf/texto2_1.pdf>, acesso em: 08 nov. 2013.)

Assim, compreende-se que o PDAF/2013 foi construído com a finalidade de garantir uma harmonização entre a teoria da gestão pública pedagógica e sua prática democrática na gestão escolar, cujas referências deste trabalho denotam como tradicionalmente díspares.

O mais grave é que esse descompasso entre teoria sobre políticas públicas em educação e realidade das escolas públicas básicas traz prejuízos para a eficácia da educação escolar em sua desejável contribuição para a transformação social. Isso porque, além de a teoria, por vezes, não se apropriar de elementos relevantes da prática, abstraindo sua concretude, a prática dos professores e demais educadores escolares, frequentemente, deixa de fazer uso de importantes contribuições teóricas presentes nos trabalhos dos estudiosos e idealizadores de políticas públicas. (PARO, 2001, p. 37).

A publicação Orientações ao Dirigente Municipal de Educação: fundamentos, políticas e práticas, elaborada pela UNDIME, aponta diversos questionamentos de modo a estimular a reflexão do dirigente municipal de educação, bem como seu entendimento sobre a importância da promoção de uma gestão escolar participativa e emancipadora.

[...] condição essencial para a gestão democrática, que, na Educação Pública, passa pela sala de aula, pelo Projeto Político-Pedagógico (PPP) e pela autonomia da escola. Como essa tendência é vivida nas escolas e nos sistemas educacionais? Quais são as diferentes possibilidades de vivenciar processos de descentralização e de autonomia nas escolas e nos sistemas de ensino? Que desafios precisam ser enfrentados, considerando a tradição autoritária e centralizadora do nosso país? De que modo oportunizar a participação da comunidade educativa a partir da diversidade dos diferentes atores sociais? Qual a relação entre democratização da escola e qualidade de ensino? O que se entende por gestão democrática na Educação? Essas são

algumas das preocupações que surgem quando se busca implementar processos de descentralização e de autonomia nas redes ou nos sistemas de ensino (UNDIME, 2012, p. 65)

No que concerne à gestão democrática do recurso do PDAF, está disponível na página eletrônica da SEEDF publicação da Assessoria de Comunicação – ASCOM, relativa ao montante dos recursos destinado em 2013 às Unidades Escolares e Coordenações Regionais de Ensino, sendo este acima de R\$ 103.000.000,00 (cento e três milhões de reais). De acordo com o texto da ASCOM, o Secretário de Educação do DF, Denilson Bento da Costa, menciona que o PDAF deve assegurar a organização do trabalho pedagógico, por meio da execução do Plano Administrativo Anual, contemplado no Projeto Político Pedagógico e no Plano de Trabalho da Escola. Para Denilson, a participação dos Conselhos Escolares é fundamental, pois é o caminho natural para fortalecer a gestão democrática, assim como para assegurar um plano de trabalho adequado às necessidades da comunidade escolar.

CAPÍTULO II - METODOLOGIA DA PESQUISA:

2.1- Método de Coleta de Dados:

De modo a contextualizar o trabalho em questão, bem como aprimorar a compreensão dos fatos, esta investigação foi realizada de maneira detalhada em uma abordagem qualitativa. Essa forma de pesquisa permitiu um maior envolvimento com o objeto da pesquisa, bem como com as respostas às perguntas desta investigação.

Em *Pesquisa Qualitativa em Educação*, Maria Inês Fini posiciona a fenomenologia como suporte para a pesquisa qualitativa em educação. E Maria Aparecida Bicudo, organizadora do mesmo livro, cita Joel Martins:

Fenomenologia é, neste século, um nome que se dá a um movimento cujo objetivo precípua é a investigação direta e a descrição de fenômenos que são experienciados conscientemente, sem teorias sobre sua explicação causal e tão livre quanto possível, de pressupostos e de preconceitos. (1994, p. 15)

Busca-se então compreender, nesta pesquisa qualitativa, pelo ponto de vista fenomenológico, de que forma os participantes da pesquisa percebem o mundo à sua volta, ou seja, como os participantes esperam que seja feito o planejamento e o uso do recurso aditivo do PDAF destinado à ampliação dos espaços de leitura de sala de aula.

Desse modo, o problema desta pesquisa foi investigar as expectativas dos participantes a respeito da implementação de uma política de fortalecimento e ampliação dos espaços de leitura em sala de aula.

A pesquisa se propõe então a analisar uma política pública em processo de construção e implementação, com o intuito de utilizar as reflexões políticas e pedagógicas apontadas pelos participantes como contribuições para a elaboração de documentos norteadores. Pretende-se assim que tais documentos sejam divulgados para as Unidades Escolares, de forma a proporcionar um efetivo uso do recurso financeiro.

Objetivo Geral:

O Objetivo Geral desta pesquisa é compreender de que forma os participantes esperam que seja feito o planejamento e o uso do recurso aditivo do PDAF destinado à ampliação de espaços de leitura de sala de aula.

Objetivos Específicos:

São objetivos específicos desta pesquisa:

- (1) analisar a expectativa dos participantes da pesquisa sobre o impacto e os resultados pedagógicos que a destinação desse recurso pode provocar a partir da instalação ou ampliação dos espaços de leitura nas salas de aula;
- (2) identificar as orientações pedagógicas que os participantes indiquem como essenciais para as despesas do recurso em análise, de modo a constituir uma política efetiva.

2.2- Procedimentos e Instrumentos de Coleta de Dados:

Entrevistas semi-estruturadas

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, e todos os entrevistados optaram por revelar sua identidade enquanto participantes da pesquisa. O roteiro de perguntas da entrevista encontra-se no APÊNDICE deste TCC.

Cada participante recebeu cópia da Portaria nº 71, de 9 de abril de 2013, que fixa os valores a serem descentralizados às Unidades Escolares e Coordenações Regionais de Ensino, no âmbito do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira – PDAF.

Os participantes receberam ainda a orientação de que as perguntas do instrumento em questão referiam-se a determinados itens da mencionada portaria, especialmente ao Art. 2º, Art. 3º/ item 31 e Art. 15/ §22.

A coleta de dados foi realizada por entrevistas previamente agendadas com os participantes no período entre 22 e 26 de abril de 2013.

Além das entrevistas citadas, cerca de dezoito questionários idênticos aos roteiros de entrevista foram distribuídos para membros da alta gestão da SEEDF, para professores e para uma adolescente aluna da CRE Samambaia. Obteve-se o retorno de quatro questionários respondidos.

Os questionários preenchidos após o período de coleta, delimitado nesta pesquisa, serão analisados em pesquisas posteriores, e seus dados serão confrontados com os dados desta pesquisa.

2.3 - Participantes da Pesquisa:

A escolha dos participantes compreendeu uma diversidade de experiências educacionais, e levou em consideração o grau de inserção individual na gestão dessa política pública. Os participantes então foram indivíduos com diferentes papéis na SEEDF. Diante da concordância dos investigados em se identificar nessa pesquisa, eles estão aqui descritos, na ordem de aplicação dos instrumentos:

- 1- Chefe de Gabinete do Secretário de Educação;
- 2- Professora de Contrato Temporário lotada na Coordenação Regional de Ensino – CRE/Recanto das Emas;
- 3- Coordenadora da Coordenação de Educação em Diversidade – CEDIV da Subsecretaria de Educação Básica – SUBEB;
- 4- Gerente da Gerência de Bibliotecas e Vídeos – GEBIVI e Coordenadora de Mídias Educacionais – COMIED, da Subsecretaria de Modernização e Tecnologia – SUMTEC;
- 5- Secretária Adjunta da SEEDF;
- 6- Diretora de uma escola privada, também Diretora de Assistência à Criança de uma instituição de Educação Infantil conveniada à SEEDF;
- 7- Gerente da Gerência do Livro e da Leitura – GELLEI, da Coordenação de Educação Integral – CEINT, na SUBEB;
- 8- Coordenador da Coordenação de Educação em Direitos Humanos e Meio Ambiente – COEDH, na SUBEB;
- 9- Chefe de Núcleo do Núcleo dos Centros Interescolares de Línguas - NCIL, da Gerência de Escolas de Natureza Especial – GNESE, na SUBEB.

As entrevistas, semi-estruturadas, seguiram o roteiro disponível no apêndice deste TCC, tendo sido realizadas pessoalmente pela investigadora. E as respostas dos participantes foram registradas por escrito no momento da entrevista, no corpo do roteiro de perguntas impresso.

Com a autorização dos participantes, as entrevistas também foram registradas por gravação em áudio, por meio de um dispositivo eletrônico (*tablet*) da marca *diamond lite*, *multilaser*, no programa Hi-Q MP3 Record.

Tais gravações permitiram um registro legítimo das falas e expressões utilizadas pelos participantes. Nos textos escritos da transcrição utiliza-se parênteses com reticências para suprimir alguns trechos na seleção das falas analisadas, a fim de diminuir o tamanho dos textos utilizados para exemplificar as categorias de análise dos dados coletados.

Cada participante assinou o “Termo de livre consentimento” e foi informado sobre os riscos de participação na pesquisa. A autorização para realização da pesquisa na SEEDF, assinada pela Subsecretária de Educação Básica, Sandra Zita Tiné, viabilizou uma flexibilidade e diversidade no acesso aos participantes desta investigação qualitativa, importante fato para a possibilidade de uma coleta que abrange diversos olhares, pontos de vista e perspectivas.

Diferentes atores sociais atuantes na SEEDF foram convidados a participar, todos com experiência mínima de dez anos de atuação na área educacional, sendo a maioria deles portadores de título de pós-graduação em nível de especialização ou mestrado. Uma participante da pesquisa possui o título de doutora. E apenas a professora do banco de contrato temporário tem menos de vinte anos de carreira na SEEDF. Tal experiência, portanto, conferiu aos participantes uma larga experiência educacional e maturidade para a lotação em cargos da alta gestão da SEEDF.

A inclusão da Escola Privada, Instituto Natural de Desenvolvimento Infantil - INDI, na investigação, decorre do fato de que essa escola é referência em formação de leitores no DF e possui espaços de leitura em cada uma de suas salas de aula.

A maioria das entrevistas foi realizada no local de trabalho do entrevistado, tendo sido utilizado em cada entrevista um tempo médio de 40 minutos. As entrevistas foram ouvidas, transcritas e digitadas na íntegra.

As principais dificuldades no processo de coleta de dados foram referentes ao tempo escasso, dos entrevistados, para a entrevista em questão. Por esse motivo, evitou-se elaborar novas perguntas, a partir de cada resposta no momento da entrevista. Dessa forma o roteiro de entrevista semi-estruturada foi relevante e garantiu isonomia na qualidade das perguntas. Por vezes, no entanto, não foi possível responder a todas as perguntas no momento da entrevista.

Proporcionou-se aos investigados o acesso ao roteiro de entrevista, a fim de que eles próprios pudessem ler e/ou acompanhar a leitura. Assim, estão disponíveis no APÊNDICE deste TCC, o “Caderno de entrevista” e, no ANEXO, a Portaria n ° 71, de 9 de abril de 2013,

da Secretaria de Educação do GDF, cujos trechos do Artigo 3 item 31 e Artigo 15 §22, citados no início deste trabalho, foram lidos no início das entrevistas.

2.4 - Procedimentos de construção das categorias de análise dos dados:

A coleta de dados qualitativa mostrou-se extremamente rica. São tantos os dados gerados que poderá ser proveitoso analisá-los novamente, em pesquisas posteriores, com a finalidade de construir outras categorias e promover novas reflexões teóricas sobre o assunto, a partir de novas perguntas de pesquisa que poderão ser construídas para exploração e aproveitamento do material. Alguns artigos científicos poderão ser elaborados a partir das reflexões oferecidas pelos dados desta investigação.

Partindo do foco desta investigação, de procurar compreender as expectativas dos participantes sobre o aditivo do PDAF destinado à ampliação dos espaços de leitura de sala de aula, a análise dos dados foi qualitativa e ocorreu utilizando um método bastante simples e muito proveitoso. A leitura das entrevistas foi feita repetidamente. A cada leitura foi marcado nas respostas dos participantes um código de cores cuja legenda corresponde às categorias encontradas na investigação. Os dados destacados com a legenda de cores foram confrontados com os estudos que embasam este trabalho, subsidiando a construção das categorias de análise.

CAPÍTULO III - ANÁLISE DOS RESULTADOS:

A coleta de dados qualitativa mostrou-se extremamente rica, uma vez que a grande quantidade de dados gerados poderá ser analisada em pesquisas posteriores. Existe a possibilidade de construção de novas categorias de análise, bem como de produção de outras reflexões teóricas sobre o assunto, a partir de novas perguntas de pesquisa a serem construídas, para total exploração e aproveitamento do material.

Partindo do foco desta investigação, de procurar compreender as expectativas dos participantes sobre o aditivo do PDAF destinado à ampliação dos espaços de leitura de sala de aula, a análise dos dados foi qualitativa e ocorreu pela utilização de método simples e bastante proveitoso. A leitura das entrevistas foi feita repetidamente, e a cada leitura foi marcado nas respostas dos participantes um código de cores cuja legenda corresponde às categorias encontradas na investigação. Os dados destacados com a legenda de cores foram confrontados com os estudos que embasam este trabalho, subsidiando a construção das categorias de análise.

Os dados da pesquisa foram analisados de forma qualitativa, e as reflexões, por sua vez, foram realizadas com base no referencial teórico deste trabalho. A análise das respostas às entrevistas semi-estruturadas e aos questionários está distribuída entre categorias de análise de dados.

As respostas às entrevistas foram agrupadas por temas, semelhanças, diferenças e complementaridade, sendo que em uma primeira etapa da análise foram encontradas as dezesseis principais categorias de análise, abaixo listadas.

- Acesso ao livro, à leitura e à literatura e democratização do acesso; Orientações pedagógicas; Rotina; Formação de Leitores; Formação Continuada de Professores/Mediadores de leitura; Planejamento Pedagógico; Planejamento participativo; Pertencimento (O espaço de leitura - relação de pertencimento dos usuários); Leitura como prazer; Cuidados com os aspectos físicos; Valorar Feiras e Eventos; Envolver a Comunidade Escolar; Contato com autores de Brasília; Relação com a biblioteca escolar; Acervo/empréstimo (cuidado com o acervo, controle do acervo); e Resultados esperados e ganhos pedagógicos.

Em um segundo momento de análise dos resultados, ao considerar que as categorias se relacionam intrinsecamente, e ao focalizar a análise no objeto da pesquisa, os dados foram reagrupados e uma nova organização das categorias foi proposta

A análise dos dados coletados procurou, portanto, demonstrar as expectativas dos participantes a respeito do planejamento do recurso do PDAF destinado à instalação e

ampliação de espaços de leitura de sala de aula em todas as Unidades Escolares de Educação Básica da rede pública de ensino. Mais especificamente, esta investigação procurou (1) analisar a expectativa dos participantes da pesquisa sobre o impacto e os resultados pedagógicos que a destinação desse recurso pode provocar a partir da instalação ou ampliação dos espaços de leitura nas salas de aula; bem como (2) identificar as orientações pedagógicas que os participantes indiquem como essenciais para as despesas do recurso financeiro em análise, de forma a constituir uma política efetiva.

As categorias descritas foram então reagrupadas, de forma a alcançar os objetivos propostos por esta pesquisa. Embora todas as categorias estejam inteiramente relacionadas entre si, algumas dialogam com mais proximidade do que outras. Desse modo, esse recorte proporcionou um novo agrupamento das categorias e a seleção de prioridades a serem abordadas nesta investigação, com o intuito de atender aos objetivos da pesquisa.

Essa leitura indica, principalmente, seis categorias que serão ilustradas pelas falas dos participantes. No entanto, a quinta categoria, referente ao planejamento participativo do uso do recurso, contém três subcategorias, visceralmente relacionadas à sua categoria maior.

Ressalta-se então que todas as categorias propostas se relacionam intimamente, ou seja, estão contidas umas nas outras, e implicam ou dependem entre si. No entanto, a nomenclatura e a divisão propostas nesta investigação não são estáticas, ao contrário, as categorias podem ser reagrupadas ou reorganizadas de distintas formas, dada a complementaridade, a interferência e a interdependência entre elas.

Os estudos mostram que educação, cultura, livro, leitura e literatura não podem ser compreendidos separadamente. Da mesma forma, em uma concepção de gestão pedagógica democrática, é possível conceber planejamento pedagógico de livro e leitura separadamente de planejamento participativo, orientação pedagógica, biblioteca escolar ou acervo?

Os registros das respostas dos participantes, relativos a mais de uma categoria, estão aqui separados, a título de ilustração, por se destacarem em um determinado tema. Porém, tais categorias não podem ser concebidas totalmente em separado das outras.

Uma imagem que pode ser construída mentalmente, tanto para a visualização destes resultados como para a visualização dos eixos, diretrizes e linhas de ação dos Planos em análise, é a de uma mandala repleta de pétalas ou subconjuntos: todos ligados entre si por intersecções. E assim, no núcleo desse círculo, a leitura e o leitor se fundem enquanto se desenvolvem plenamente.

Nesta investigação definimos as seguintes categorias de análise:

- 1. Acesso ao livro, acesso à leitura, acesso à literatura e democratização do acesso ao livro, à leitura e à literatura**
- 2. Formação continuada de professores e formação de mediadores de leitura na escola e na comunidade escolar**
- 3. Planejamento Pedagógico**
 - 3.1 Planejamento Pedagógico dos espaços de leitura de sala de aula**
 - 3.2 Relação do Espaço de Leitura da Sala de Aula com a Biblioteca Escolar**
- 4. Orientações Políticas e Orientações Pedagógicas**
- 5. Planejamento Participativo e Gestão democrática:**
 - 5.1 Planejamento do Acervo**
 - 5.2 Pertencimento**
- 6. Resultados Esperados - Impacto Social e Conquistas Pedagógicas**

3.1 - Categorias de Análise Ilustradas pelos Dados à Luz da Bibliografia:

1 - Acesso ao livro, acesso à leitura, acesso à literatura e democratização do acesso ao livro, à leitura e à literatura:

As respostas ao roteiro semi-estruturado de entrevista ou ao questionário indicam **o acesso ao livro, acesso à leitura, acesso à literatura, e democratização do acesso ao livro, à leitura e à literatura** como uma das categorias de análise dos resultados, tendo em vista que esse é um dos principais objetivos da política em questão: fazer chegar o livro às mãos do aluno, disponibilizar o livro e outros recursos de leitura de forma acessível ao alcance diário, em qualquer ocasião em que o trabalho pedagógico em sala de aula permita ao aluno e ao professor desfrutarem desse recurso.

“Os espaços de leitura das salas de aula devem ser ‘construídos’ considerando a importância de atrair o estudante para o objeto livro. Inicialmente será necessário construir prateleiras e/ou sapateiras que possam acomodar o livro com a capa para frente e não visto pela lombada, conforme acontece na maioria das bibliotecas. [...] O espaço foi pensado para que o livro fique “à mão” do estudante, ou seja, para que o estudante

possa consultá-lo, e/ou acessá-lo sempre que quiser: nos intervalos das aulas, ao finalizar uma tarefa, para inspirá-lo ou contribuir para sua fundamentação em qualquer situação de aprendizagem que aconteça na sala de aula". Gerente GELLEI

Os educadores destacam a importância de uma mudança no paradigma do cuidado excessivo do livro, em contraponto ao acesso prazeroso que esse recurso pode oferecer. As respostas assim apontam para o fato de que, tradicionalmente, o cuidado excessivo para que os livros não se percam ou não estraguem frequentemente dificulta o acesso aos livros e, conseqüentemente, à leitura.

"Gente, em nome de manter o livro, a gente não usa o livro! Que é quase como não ter o livro. O controle podia ser muito simples e chamar a comunidade para dentro da escola é sempre positivo. Chefe de Gabinete do Secretário de Educação

Ao analisar as respostas dos participantes podemos observa-se a capilaridade da política em questão, uma vez que os entrevistados consideram a possibilidade de que haja empréstimo aos estudantes dos livros dos espaços de leitura de sala de aula, para leitura domiciliar. Dessa forma, é possível que os livros cheguem à comunidade, incentivando o prazer pela leitura e a formação de leitores, não apenas composto no universo de alunos, mas também naqueles que os cercam, como seus familiares e responsáveis.

"Em todos esses anos eu não percebo a participação dos pais dentro da biblioteca. A biblioteca deve ser um espaço livre, acolhedor. A leitura é um hábito que se faz em casa". Professora

Outra questão levantada neste tópico destaca o prazer proporcionado pela leitura, bem como sua importância na formação de leitores, no acesso ao livro e à leitura e na prática pedagógica cotidiana nas Unidades Escolares.

"(...) não é tão fácil a gente introduzir a criança no mundo da leitura, apesar de ser profundamente prazeroso... E quanto mais a gente diversificar e proporcionar esse acesso, mais a gente vai ter crianças com um aprendizado melhor, de qualidade que ele possa ter uma leitura de mundo crítica, que muitas vezes não é proporcionada no mundo virtual... Eu sou uma grande defensora da Sala de Leitura e do acesso aos livros mesmo escritos e não virtuais. Meio físico. Fora o cheiro do livro que é bom demais." Secretária Adjunta

Dentre os muitos autores que estudam a formação de leitores, tratam desse tema Regina Zilberman, Ezequiel Teodoro, Lígia Cademartori, Zoala Failla, Ligia Bojunga e Marisa Lajolo.

Zilberman tem diversos artigos publicados sobre essa questão, nos quais normalmente questiona a relação entre o prazer e o dever da leitura, assim como a importância de ofertar aos alunos leituras livres de obrigações. Em seu artigo *Ler é dever, livro é prazer?*, Zilberman analisa os dados da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil* (3ª. edição) .

A autora argumenta:

Efeito daquele ato, o prazer atrela-se ao dever e anula-se. Começar por esclarecer seu significado pode ser um primeiro passo para retirá-lo da situação em que se encontra – convertido em avesso da obrigação -, para reposicioná-lo no lugar de onde nunca deveria ter saído – a literatura. (Zilberman, R. In: FAILLA, Z. 2012, p. 122)

Questão abordada por todos os entrevistados, embora a prática em sala de aula muitas vezes seja distante dessa proposta, os participantes desta pesquisa, gestores ou professores demonstram que têm conhecimento da importância da valorização da leitura prazerosa na escola.

“Porque a cultura letrada é elitista e mais do que elitista é opressora das classes populares e da escola pública. Então você precisa assegurar que o contato com o livro, com materiais de leitura -e prazerosos. Porque de modo geral a escola também massacra o aluno, num cotidiano de leitura artificial, só informativa, didatizada completamente.(...) Ampliar as oportunidades de leitura e experimentar leituras menos didatizadas, menos pedagogizadas, mais prazerosas, lúdicas”. Chefe de Gabinete

“Na minha opinião, eu acho que deve ter baús de livros e estantes. Atualmente, não tem para não estragar. A escola, no Recanto das Emas tem 5ª. a 8ª. serie de manhã e do 1º ao 5º à tarde. Não tem livro infantil disponibilizado para as crianças. Falta: Visitar outros espaços de leitura que existem. Saraus literários, roda de leitura, uma grande feira, cada aluno criava um livro e apresentações. (...) Eu tenho muitos livros infantis em minha casa e os levei para a sala de aula. É só o acesso! Os alunos fizera, produção de livro, texto, reconto. Foi divertido! Proporcionar leitura em sala de aula. Qualquer tipo de leitura. É importante o professor ler e a criança ouvir. A escola ainda está muito bitolada, fechada com o livro didático. A escola precisa trabalhar em Pedagogia de Projetos!” Professora

Foi feito ainda um alerta ao respeito do problema, alarmante, da falta de acesso ao livro em pelo menos 123 Unidades Escolares que, no levantamento de 2012, declararam não possuir biblioteca. O livro é destacado por todos como o objeto de leitura em foco nessa política específica de acesso à leitura.

“O maior desafio que eu encontro hoje pra Secretaria de Educação, no campo da leitura é revitalizar os espaços que já existem, que precisa dessa revitalização. Construir espaços onde não existem, e a quantidade é muita. Só no diagnóstico feito no ano passado, foram 123 escolas que responderam que não tem espaço físico.” Coordenadora COMIED e Gerente GEBIVI

2 - Formação continuada de professores e formação de mediadores de leitura na escola e na comunidade escolar:

A **formação continuada de professores** mostrou-se imprescindível na medida em que se reflete na atuação do professor, no cotidiano da escola.

“Na escola classe Jardim Botânico, a minha filha sempre trazia um livro para ler. Aí, também, entra o papel do professor, ele tem que ser o mediador entre o livro e a criança.” Professora

A **formação de mediadores de leitura** é destacada em diversas entrevistas, uma vez que comungam sobre a magia e o encantamento proporcionado pelos contadores de histórias, como ações essenciais para a formação de leitores.

“A mediação de leitura é sim uma lacuna na formação do professor. Você tem poucos espaços de reflexão. Você aprende a alfabetizar, a decodificar o código, no caso das atividades do curso de pedagogia, mas a mediação da leitura, as estratégias de mediação ainda são uma lacuna, são um segredo que só os contadores de história, os grandes mestres que conseguem”.
Chefe de Gabinete

O pensamento da Chefe de Gabinete do Secretário de Educação se aproxima da abordagem do texto de autoria de Zoara Failla quando ressaltam a importância dos facilitadores:

Mas não se pode esquecer que não é possível gostar de literatura se não entendo o que leio. E como saber se gostamos de algo se não conhecemos? Daí a importância dos facilitadores (ou mediadores de leitura, sejam educadores ou bibliotecários). Profissionais especializados e capacitados poderão introduzir experiências e desafios ao conhecimento e desejos de descoberta para essas crianças e jovens. (FAILLA, Z. in AMORIM, G. 2008, p. 106)

Considera-se que, na escola, para formar leitores há uma ação que interfere na relação do estudante com a leitura: a qualidade da atuação do facilitador ou mediador dessa leitura. A maneira como o educador se envolve com as atividades de leitura em sua vida pessoal e profissional pode atrair ou repelir seus alunos dos textos que lhe são apresentados por tais educadores.

A partir dessa reflexão, compreende-se que para formar professores como mediadores de leitura é necessário antes de tudo formá-los como leitores, como questiona o professor e psicólogo, Coordenador de Educação em Direitos Humanos.

“(…) Como mobilizar o aluno leitor por meio de um professor que não o seja?” Coordenador COEDH

Em Leituras dos “retratos” _o comportamento leitor do brasileiro, artigo de introdução da Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (3ª. edição), Zoara Failla indica que é preciso estimular a formação leitora dos professores.

[...] vários autores desta publicação identificam como um dos principais problemas a serem superados para avançarmos na formação leitora de nossos jovens: a formação leitora dos professores. A grande maioria não lê livros, ou porque prefere outras atividades ou porque lê outros materiais como jornal.

Como despertar o gosto pela leitura de seus alunos se seu repertório cultural de literatura é tão escasso, e se ele mesmo desconhece esse prazer [...] (FAILLA, Z., in _____ (Org.), 2012, p. 46)

As narrativas sugerem que a política em questão se tornará efetiva caso conte com bons mediadores de leitura. A ação de formar professores como mediadores de leitura é entendida, portanto, como pressuposto fundamental no sentido de garantir uma política de formação de leitores de qualidade, pretendida com a política de ampliação e fortalecimento dos espaços de leitura de sala de aula.

“ Então, se a gente dentro da escola, identifica primeiro, as pessoas que já gostam de ler, as pessoas que já tem isso na veia, a gente aproveita esse potencial e forma essas pessoas pra serem mediadoras de leitura. A gente vai conseguir a médio, não digo a curto, mas a médio prazo ter mais pessoas nos ajudando nesse desafio de formar leitores. A primeira ação é identificar essas pessoas. A segunda ação é a gente fazer um trabalho consistente com essas pessoas, mostrando a importância delas pra serem mediadoras de leitura. Então fazer uma formação para que essas pessoas realmente se tornem bons mediadores de leitura. E aí a gente vai fazer uma formação pra que essas pessoas se tornem bons mediadores de leitura, e aí a gente vai fazer com que isso cresça, que tome corpo. Acredito que não vai ser a curto prazo, vai ser a médio e longo prazo, mas acredito que vai ser possível a partir do momento que a gente identificar essas pessoas, essas possíveis mediadoras de leitura (...)” Coordenadora CEDIV

A política de incentivo à formação continuada de professores, realizada pela Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação - EAPE e as ações de formação em nível de mestrado, doutorado e especialização ofertadas pela Universidade, aparecem nos relatos com um entendimento da sua importância vital para uma educação de qualidade na Secretaria. A Secretária Adjunta ressalta assim o fato de que na SEEDF os professores podem cursar a pós-graduação com afastamento remunerado para estudos.

“(...) é fundamental que o professor esteja envolvido na formação continuada proporcionada pela própria instituição ou na busca pessoal em uma universidade através de um curso de especialização, mestrado ou doutorado. Que na SEEDF os nossos servidores tem a oportunidade de cursar em afastamento remunerado.” Secretária Adjunta

A principal descoberta nesta categoria se refere à busca e à descoberta de talentos na comunidade a fim de formá-los como mediadores de leitura e, assim, atraí-los para a escola. A investigação sobre os talentos disponíveis na comunidade e também sobre o interesse dos professores nessa área da formação de leitores também aparece como mote para formar mediadores de leitura que se destaquem e motivem (contagiem/contaminem) seus colegas professores.

“(...) A gente pode até fazer essa pesquisa junto à comunidade. A comunidade tem uma força tremenda, pena que a escola não tenha conseguido trazer ainda a comunidade efetivamente pra dentro da escola. O Distrito Federal está se tornando um Estado da Federação com muito idoso, muita gente aposentada. E muitas vezes tem na comunidade várias pessoas que são aposentadas, que são leitoras e que podem ser mediadores de leitura dentro da escola. Mães, pais, avós, que já estão aposentados... (...)É importante na comunidade a gente identificar esses possíveis mediadores de leitura. A gente tem que trazer essas pessoas pra dentro da escola. Às vezes estão lá, sendo subaproveitados. Estão ali na comunidade, gostam de leitura e podem ser formados para serem esses possíveis mediadores. Porque não? Então a primeira coisa é identificar tanto na escola, quanto na comunidade escolar. Esse é um bom caminho pra gente formar esses mediadores.”
Coordenadora CEDIV

Algumas perguntas surgem a partir dessa descoberta: - A quem cabe formar os mediadores de leitura da comunidade para que atuem na escola? Que estratégias podem ser utilizadas para descobrir os talentos da comunidade e atraí-los para o cotidiano da escola?

3 - Planejamento Pedagógico:

O **planejamento pedagógico** é compreendido como categoria, pois não há efetivação de uma política educacional sem planejamento, bem como o uso do recurso em análise pressupõe relação com o Projeto Político Pedagógico da escola.

Esta categoria está subdividida entre **3.1 Planejamento Pedagógico dos espaços de leitura de sala de aula** e **3.2 Relação do Espaço de Leitura da Sala de Aula com a Biblioteca Escolar**.

A primeira refere-se especialmente à dinâmica da escola de relacionar os espaços de leitura de sala de aula com a Organização do Trabalho Escolar. As entrevistas referem-se ao

planejamento coletivo na coordenação pedagógica e à relação desse espaço tanto no Projeto Político Pedagógico da Escola como no Projeto Político Pedagógico da Secretaria de Educação como um todo, o Projeto Político Pedagógico Professor Carlos Mota, publicado em 2012.

A segunda categoria trata das expectativas dos educadores sobre a relação entre a Biblioteca Escolar e os Espaços de Leitura de Sala de Aula:

3.1 Planejamento Pedagógico dos espaços de leitura de sala de aula

“Eu acho que na coordenação pedagógica a gente tem que assegurar que nos anos iniciais toda aula você deve trabalhar com leitura e escrita. E eu acho que o cantinho da leitura deve ser um desses espaços. A gente diz que a leitura tem que ser todos os dias, daí leitura compartilhada, leitura coletiva, leitura individual, leitura informativa, leitura recreativa, leitura de diversos gêneros. Deve ser o cotidiano. O cotidiano quando eu digo, é o dia-a-dia da escola (...) E aí eu acho que tendo isso por princípio, daí o professor vai organizar as diferentes estratégias de leitura, os diferentes acervos. E o cantinho da leitura, acho que é um acervo que pode entrar nesse dia-a-dia, não todos os dias, mas quem sabe semanalmente, como um recurso ou uma estratégia didática, por exemplo, do trabalho em projetos. Então os alunos estão desenvolvendo um projeto e você tem ali um acervo direcionado pra isso. Conseguir vincular esse cantinho, esse acervo, como um projeto da sala. Mas acredito que ele deve entrar no planejamento didático do professor diário, ou pelo menos semanal”. Chefe de Gabinete

A pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (3ª. edição/ 2011) demonstra o crescimento, em relação à pesquisa anterior (2008), da atuação do professor na formação de leitores.

O professor foi apontado na pesquisa como o principal influenciador dos jovens para ler por prazer, com 45%, seguido da mãe, com 43%. O professor é um instrumento de mudança de atitude. Não é que o livro não deva estar presente na escola, mas o questionamento a ser feito é: como está sendo usado na escola? (Gomes, Isis Valeria in: FAILLA, Z.(org.), 2012, p. 133)

“Quando tinha uma turma de cinco anos, eu organizei um horário diário de ler os livros. Naturalmente eles passaram a ir à caixa e pegar os livros. Foi lá na Escola Alto Interlagos, CRE – Paranoá, em 2009.” Professora

Dentre os dados, destaca-se a necessidade de se inserir a biblioteca no Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, bem como incluir a concepção de biblioteca como dínamo cultural da escola, temas estes presentes em repetidas falas nas entrevistas e registros nos questionários. Essa informação coaduna com a proposição do PDLL que, assim como o PNLL, entende o conceito de biblioteca como o de um Dínamo Cultural.

A biblioteca assume a dimensão de ser um dinâmico pólo difusor de cultura e informação, aqui compreendida como um lugar cujo significado vai muito além de um simples depósito de livros ou uma mera sala de leitura. Ela deve existir enquanto centro de educação continuada, núcleo de lazer, lugar de cultura, incentivando a perene criação e a completa fruição dos diversos bens artístico-culturais. (DISTRITO FEDERAL, PDLL, 2012, p. 42)

Esse mesmo conceito deve ser transportado para os espaços de leitura de sala de aula, concebidos como minibibliotecas de sala, uma vez que a compreensão de leitura em suas múltiplas linguagens foi destacada com clareza entre os participantes. Desse modo, fotografia, pintura, teatro e música foram repetidamente citadas como objetos de leitura pelos indivíduos investigados.

Vamos ampliar esse olhar. Vamos colocar ações dentro da escola pra além do livro em si, mas trazer a música, trazer o teatro - que são leituras tão importantes quanto a leitura de um livro. E aí a gente vai, de fato, formar leitores.” Coordenadora CEDIV

Segundo Manguel, a leitura é a arte de decifrar signos.

[...] Ler as letras de uma página é apenas um de seus disfarces. O astrônomo lendo um mapa de estrelas [...]; o arquiteto japonês lendo a terra onde será erguida uma casa [...]; o zoólogo lendo os rastros de animais a floresta; o jogador lendo os gestos do parceiro antes de jogar a carta vencedora; a dançarina lendo as notações do coreógrafo e o público lendo os movimentos da dançarina no palco; o tecelão lendo um desenho intrincado de um tapete sendo tecido; o organista lendo várias linhas musicais simultâneas orquestradas na página; os pais lendo no rosto do bebê sinais de alegria, medo ou admiração; [...] todos eles compartilham com os leitores de livros a arte de decifrar e traduzir signos. (MANGUEL, 1997, p. 21)

Já Kleiman discute o planejamento educacional em uma perspectiva social.

A perspectiva social não pode eximir-se de focalizar o impacto social da escrita, particularmente as mudanças e transformações sociais decorrentes das novas tecnologias e novos usos da escrita, com seus reflexos no homem comum. Esse foco necessariamente amplia a concepção do que venha a ser objeto de leitura – antes reservada para os textos literários – na verdade os textos extraordinários – passando a incluir textos do cotidiano, os textos comuns do dia-a-dia. (KLEIMAN, A., 2007, p. 11)

A categoria aponta para a necessidade da escola pública (1) desenvolver atividades pedagógicas interdisciplinares e (2) promover o planejamento pedagógico a partir da pedagogia de projetos. Constata, assim, que os sujeitos da pesquisa entendem uma necessidade de que, no planejamento pedagógico, o professor evite que o livro didático seja a única referência e torne possível a aquisição de aprendizagens significativas a partir das vivências e atividades de projetos planejados coletivamente.

Acredito que é na escola, agência de letramento por excelência de nossa sociedade, que devem ser criados espaços para experimentar formas de participação nas práticas sociais letradas e, portanto, acredito também na pertinência de assumir o letramento, ou melhor, os múltiplos letramentos da vida social, como o objetivo estruturante do trabalho escolar em todos os ciclos. (KLEIMAN, A., 2007, p. 5)

“Organização em cooperação com os professores, coordenadores e direção da escola. Planejamento de equipe pra otimizar os espaços coletivos e materiais comuns. Exercitar a leitura com prazer, iniciando com pequenos textos, cartelas e leituras diárias pelos próprios professores (o exemplo arrasta!) Manter, ampliar e valorar as feiras de leitura que já são realizadas, quem sabe reconhecendo, premiando aqueles que se destacam nas suas participações. Contatos estreitos com os autores de Brasília pra que possam estar mais próximos dos alunos/leitores.” Diretora Escola privada e diretora de Creche em convênio SEEDF

As entrevistas pontuam ainda uma diversidade de atividades pedagógicas de mediação de leitura e de escrita como pressupostos didáticos na planificação da escola e do professor, de modo a garantir o sucesso escolar e a conquista dos alunos para a leitura, bem como para o desenvolvimento da capacidade de leitura crítica entre os professores e os alunos.

3.2 – A Relação do Espaço de Leitura da Sala de Aula com a Biblioteca Escolar:

Esta subcategoria merece a transcrição literal de seleções de trechos das entrevistas, tendo em vista a qualidade das respostas e a similaridade entre elas. A concepção da relação entre o espaço de leitura de sala de aula e a biblioteca escolar, ou sala de leitura, é declarada pelos sujeitos como uma relação uma relação muito próxima, indissociável, entrelaçada e complementar. Nenhum participante demonstrou receio no fato de que o espaço de sala de aula possa substituir a biblioteca. Desse modo, percebe-se, nessa investigação, a complementaridade das diversas respostas.

“Numa forma cooperativa e não competitiva. O cantinho da leitura não substitui a biblioteca escolar. Ele é um apoio didático a mais. Deve complementar essa prática de leitura, nas estratégias de leitura. Então ele deve cooperar, mas não pode substituir a visita, o trabalho a biblioteca escolar”. Chefe de Gabinete

“Não são trabalhos estanques e distintos. Devem complementar-se.”
Coordenador COEDH

Observa-se ainda que a visão dos entrevistados a respeito da biblioteca escolar é a de um espaço dinâmico, promotor da leitura e da pesquisa.

“Tem totalmente a ver um espaço com o outro. A biblioteca tem que fazer parte da vida do aluno, da rotina, um espaço de interação. A biblioteca deve ter um acervo variado de livros, quanto mais diversidade melhor. Tem que ter um profissional formado, preparado especificamente para ser o responsável, para incentivar o hábito de leitura, a pesquisa.” Professora

“O espaço de leitura é o lugar (no tempo, inclusive) de projetos de leitura. A biblioteca, por sua vez, deve abrigar e potencializar esses projetos. (...) Além disso, na biblioteca, esses diferentes projetos (dos alunos) podem se encontrar.” Chefe do NCIL

A Coordenadora da Coordenação de Educação em Diversidade oferece várias reflexões interessantes a respeito da formação de leitores, entre elas a de que o aluno pode, ao concluir uma leitura disponível no espaço de sala de aula, se aproximar da biblioteca, em busca de novos títulos.

“Um complementa o outro. Eles estão entrelaçados, porque a leitura em sala de aula... O aluno que começa a ler na sala é o aluno que procura a biblioteca (...) Ele termina de ler um livro aqui e já quer outro, e se ali não tiver o livro que ele quer, ele já vai correr na biblioteca, vai olhar o que tem na biblioteca que interessa e vai cada vez mais querer ler. Então, esses espaços estão altamente entrelaçados. Se a sala de aula se tornar um espaço de leitura agradável, bacana, sem imposição, onde o aluno sinta prazer de ler, ele automaticamente vai se aproximar da biblioteca. Ele vai querer mais livros, outras opções de livros, vai procurar e vai querer estar na biblioteca. Uma coisa vai complementar a outra.” Coordenadora CEDIV

A Coordenadora da Coordenação de Mídias Educacionais - COMIED e a Gerente da Gerência de Bibliotecas e Vídeos - GEBIVI, responsáveis pelas bibliotecas e videotecas da rede, sugerem uma relação muito próxima, que se retroalimenta, entre biblioteca escolar e sala de aula.

“Da mesma forma que você tem uma relação de mãe com filho, uma troca direta, uma renovação, uma conquista, o tempo inteiro. Coisas novas o tempo inteiro, entre a biblioteca e a sala de leitura. E o contrário. Você não aprende com o filho? Mesma coisa. Biblioteca aprender com as necessidades que o aluno vem trazendo e também se renovar. Da mesma forma que a mãe oferece aprendizado para o filho, ela se vê obrigada a aprender com as novas necessidades que o filho apresenta. Então é uma troca, uma sinergia, e se não tiver relacionada, uma não é leitura em sala de aula e a outra não é biblioteca escolar. Se elas não se conversarem, uma não estará fazendo o papel’”. Coordenadora COMIED e Gerente GEBIVI

A concretização de políticas públicas para a leitura e para as bibliotecas indica que os membros da alta gestão da SEEDF valorizam a biblioteca escolar ou sala de leitura como um centro de conhecimento de fundamental importância para a dinâmica do cotidiano escolar.

“Deve haver uma relação muitíssimo próxima. Uma extensão do outro. Hoje nós temos, sendo enviado à Câmara Legislativa do DF um novo Plano de Carreira, de carreira magistério que prevê a gratificação de atividade pedagógica, que era prevista com o nome de Gratificação de Regência de Classe, apenas para professor atuante da sala de aula. Considerando que a atividade do professor na biblioteca é uma atividade profundamente e estruturalmente pedagógica, em contato direto com estudantes, foi estendida essa gratificação para todos os professores atuantes em biblioteca, além de laboratórios de ciências e informática. Isso aproxima bastante a atividade da sala de aula com a da biblioteca.” Secretária Adjunta

A compreensão crítica da alfabetização, que envolve a compreensão igualmente crítica da leitura, demanda a compreensão crítica da biblioteca. (FREIRE, 1997, p. 22)

“Os espaços de leitura das salas de aula devem se relacionar com a biblioteca escolar de uma forma muito intimista. Diria até, de uma forma visceral. A Biblioteca Escolar deve ser a verdadeira fonte de onde brotarão as obras para o acervo dos espaços de leitura. O profissional que lá atua deve participar das reuniões coletivas pedagógicas e se adiantar no sentido de buscar, no acervo da biblioteca, obras que respondam às necessidades dos professores e estudantes. Deve facilitar ainda o acesso do corpo docente e discente ao mesmo, subsidiando-os.” Gerente GELLEI

4 - Orientações Políticas e Orientações Pedagógicas:

É importante ressaltar o fato de que todas as outras categorias de análise relacionam-se com esta, referente às orientações políticas e pedagógicas. Assim, a análise dessa categoria indica sugestões para a prática pedagógica. E os participantes denotam clareza na compreensão da importância das atividades de leitura e na formação de leitores, como prática cotidiana determinante para o alcance da qualidade do processo pedagógico.

Assim, o professor que adotar uma prática social como princípio organizador do ensino enfrentará a complexa tarefa de determinar quais são essas práticas significativas e, conseqüentemente, o que é um texto significativo para a comunidade. (KLEIMAN, A., 2007, p. 10)

Os indivíduos pesquisados consideraram relevante a elaboração e publicação de um documento de Orientações Pedagógicas que colabore com a gestão do uso do recurso em análise nesta pesquisa.

“Toda ajuda que for dada ao professor ou à Unidade Escolar como um todo é bem vinda. Portanto uma Orientação Pedagógica de utilização do

cantinho da leitura, com sugestões de atividades, orientação de escolha de material pode ser o grande diferencial para que se efetive essa importante política implementada na SEDF em 2013.” Secretária Adjunta

A Coordenadora da Coordenação de Educação em Diversidade destaca a importância do uso do espaço de leitura para a formação de leitores críticos, que possam questionar o que lêem e contextualizar suas aprendizagens, e destaca ainda a necessidade de concepção, por parte da escola, da leitura como foco do trabalho pedagógico.

“A principal orientação, no meu entendimento, é que as Unidades Escolares tenham um olhar focado nisso, focado nesse aspecto da leitura. E que as Unidades Escolares possam ofertar o máximo de condições e opções de leitura para esse aluno. Que não fique uma coisa fechada. Que não fique uma opção muito restrita. É óbvio que a escola precisa adquirir um bom acervo. (...) se a gente tem um acervo onde as pessoas (...) se vejam naquilo que estão lendo, (...) elas vão sentir vontade de ler cada vez mais.” Coordenadora CEDIV

Entre as orientações propostas estão a gestão democrática participativa desse espaço, a relação de pertencimento dos alunos, dos professores e da comunidade escolar com o espaço de leitura, e a relação de colaboração entre a biblioteca escolar e a biblioteca de sala de aula, além das ações formativas para as equipes gestoras e equipes pedagógicas e das ações informativas para alunos e para toda a comunidade escolar. Compõe ainda tais orientações, a concepção ampla de leitura.

“Temos que ter um conjunto de ações. Você tem que ter ações informativas. Informar aos pais dos alunos que a sala de aula hoje tem um cantinho de leitura. E que ele poderá levar um livro pra casa toda semana. (porque a gente não vai assegurar um acervo de 30 livros na sala de aula, mas a gente pode assegurar seis, sete, oito. E esse conjunto de acervo circular). Ações informativas. De comunicação. Também temos que ter ações formativas, que são de diversos níveis, umas bem operativas (...).” Chefe de Gabinete

Atribui-se o título **Orientações Políticas** ao fato de que o planejamento do uso do recurso é entendido pelos participantes como algo a ser planejado coletivamente, na coordenação pedagógica, com uma larga percepção sobre o que os alunos esperam encontrar como material de leitura em suas salas de aula.

Esta categoria então refere-se, intrinsecamente, à relação de pertencimento que a comunidade escolar deve desenvolver frente a esse espaço. À participação da comunidade escolar na Assembleia Geral Escolar e no Conselho Escolar gera a sensação de pertencimento do próprio educador, de se reconhecer na escolha do acervo, e na sua própria autonomia de planejar como será a rotina de utilização desse espaço de leitura na sua sala de aula. Esse

mesmo aspecto, no entanto, será novamente discutido na próxima categoria de análise, referente ao planejamento participativo e à gestão democrática.

5 - Planejamento Participativo e Gestão democrática:

O termo **Planejamento Participativo** surge das contribuições dos participantes que entendem que a necessidade do uso do recurso deve ser planejada de maneira pedagógica, coletiva, com participação democrática como pressuposto para garantir a efetividade da política.

“A gente prevê que a proposta político pedagógica da escola deve ser construída democraticamente com a participação de todos os membros da comunidade escolar: nisso está entendido que são os pais dos alunos, os próprios alunos, os nossos servidores da carreira assistência, e os professores servidores da carreira magistério público. É fundamental que essa construção seja feita coletivamente. Por que as pessoas só se comprometem com o que elas conseguem construir na verdade. Com a participação de todos, todos ficarão comprometidos.” Secretária Adjunta

Dalmás (1994) indica, assim, que o planejamento participativo questiona as dinâmicas tradicionais de planejamento e provoca a inversão de relações do planejamento tradicional, sendo que, ao seu ver, decidir-se pelo processo participativo é assumir a pessoa como valor essencial e agente do processo. Dalmás, portanto, cita Edgar Faure (1977, p.235 apud Dalmás, 1994, p. 19) que, assim como os sujeitos desta investigação, concebe a participação como garantia da eficácia coletiva e condição de felicidade individual bem como exercício de cidadania.

“Já que é democrático, a equipe tem que se reunir. É legal ouvir o que o professor tem a dizer. Se a coordenação da escola for competente ela consegue fazer isso. A escola onde eu trabalhava tinha o hábito de fazer reunião, assembleia, coordenação coletiva. Muita reunião de planejamento, reunião coletiva, vídeos. Há uma mobilização bem grande, é de um ano pra cá. Eles não tinham o hábito de fazer reunião, assembleia. É uma escola bem grande!” Professora

“Agora o Conselho Escolar continua assinando a ata mas é preciso ter uma ata da Assembleia Escolar convocada para ciência sobre a ata de prioridades do crédito orçamentário. Toda a comunidade escolar fica ciente dos recursos, é preciso noticiar. A intenção é garantir o controle social e a efetivação para que fique mais democrático.” Chefe de Gabinete

O Coordenador da COEDH, A Secretária Ajunta, a Chefe de Gabinete, a Coordenadora da CEDIV e a Gerente da GELLEI abordam com mais clareza a importância da participação do aluno na seleção do acervo de sala de aula.

“Espero que construa-se com os alunos a ampliação desses espaços. Mas, temo que mais uma vez o espaço da biblioteca seja monopolizado pelos messiânicos que acreditam que suas obras e suas escolhas serão o caminho para o outro.” Coordenador COEDH

A Chefe de Gabinete do Secretário de Educação e o Coordenador da COEDH indicam sentir medo ou receio sobre o espaço que será destinado ao aluno, a fim de que opine nesse processo de ampliação dos espaços de leitura de sala de aula.

Tal fato promove uma reflexão sobre a gestão democrática. Podemos questionar se os alunos tem ou não tem vez e voz na construção da gestão democrática no cotidiano da escola. Assim como os sujeitos desta investigação, entendemos que os estudantes deveriam participar das ações do planejamento escolar e da avaliação desse planejamento e de seus resultados, na medida em compreendemos os alunos como os principais envolvidos nas ações da escola, cujo objetivo é alcançar seu desenvolvimento e sua aprendizagem.

“Na coordenação dos professores vinculado a um projeto político-pedagógico. O aluno deve contribuir, mas tenho receio se ele consegue ter voz na escolha. Também acho que num primeiro momento cabe o acesso um pouco direcionado, porque a cultura letrada é elitista. A escola, pode orientar um pouco nessa linha”. Chefe de Gabinete

Acredito que é na escola, agência de letramento por excelência de nossa sociedade, que devem ser criados espaços para experimentar formas de participação nas práticas sociais letradas e, portanto, acredito também na pertinência de assumir o letramento, ou melhor, os múltiplos letramentos da vida social, como o objetivo estruturante do trabalho escolar em todos os ciclos. (KLEIMAN, A., 2007, p. 5)

Esse aporte se aproxima do posicionamento da Chefe de Gabinete entrevistada, no qual ela argumenta que os alunos devem ter participação na escolha do acervo, mas a coordenação pedagógica coletiva, ou seja, o coletivo de educadores e os educadores em si, têm o papel de orientar a escolha dos alunos tendo em vista a experiência dos educadores na cultura letrada, que em sua visão é uma cultura elitista.

Segundo Bagno,

A escola não pode desconsiderar um fato incontornável: os comportamentos sociais não são ditados pelo conhecimento científico, mas por outra ordem de saberes (representações, ideologias, preconceitos, mitos, superstições,

crenças tradicionais, folclore etc.). Essa outra ordem de saberes pode sofrer influência dos avanços científicos, mas quase sempre essa influência se faz de forma parcial, redutora e distorcida. Querer fazer ciência a todo custo sem levar em conta a dinâmica social, com suas demandas e seus conflitos, é uma luta fadada ao fracasso. (BAGNO, M. 2006. Disponível em < <http://www.portugueseagramatica.com.br/media/bagno/7-nadanalinguaeporacaso.pdf>> acesso em 04 jun.2013.

As reflexões da Coordenadora da CEDIV contribuíram para a compreensão desta categoria. A entrevistada considera que o envolvimento do aluno e da comunidade na seleção desse acervo é fundamental para a efetividade da política analisada neste estudo. Assim, a resposta desta investigada está transcrita neste texto, praticamente na íntegra, devido aos detalhes abordados e à lógica do raciocínio apresentado.

A Coordenadora argumenta que o aluno é o centro do processo educativo e, assim como a Secretária Adjunta, acredita que a construção coletiva dos espaços de leitura de sala de aula deve contemplar todos os atores da escola, incluindo, além de alunos, pais e professores, também os profissionais da área administrativa como secretários escolares, servidores de limpeza e merendeiro, entre outros profissionais da carreira assistencial..

“Eu espero que toda a construção da utilização desse recurso, seja a partir de uma construção coletiva dentro da escola. Do diálogo entre as partes. Entre todas as partes envolvidas, inclusive o estudante. Que o estudante possa ter voz, e possa ter vez na construção dessa proposta, de utilização desse recurso. Porque, se a utilização desse recurso for feita a partir de uma forma unilateral (apenas a gestão decidindo como utilizar esse recurso) a gente vai ter muita possibilidade de os materiais que forem adquiridos, da forma de trabalhar o projeto, com esse recurso, ser algo que não vai atender o que é de principal na escola que é o aluno, que é o centro do processo educativo. Então a gente só acredita que esse recurso, vá trazer um benefício eficiente, eficaz na escola, que realmente tenha uma efetividade e que toda a comunidade possa se beneficiar disso, se houver uma construção coletiva de todos os atores participando dessa construção. E aí quando eu digo “todos os atores” é a comunidade escolar como um todo, são os pais, mães, responsáveis, os alunos, todos os profissionais da educação de dentro da escola, não apenas os professores regentes, mas que tenham os profissionais da área administrativa, que o secretário da escola esteja nessa construção, que o profissional que cuida da limpeza, que cuida da merenda estejam nessa construção. Porque a possibilidade da gente ter um projeto onde as pessoas se sintam partícipes, as pessoas se sintam pertencentes, é muito maior e aí com certeza esse projeto vai conseguir chegar ao objetivo maior que é que o aluno aprenda, que o aluno sinta vontade de ir pra escola, que o aluno sinta prazer de estar nesse espaço.” Coordenadora da CEDIV

A Gerente da Gerência do Livro e da Leitura, por sua vez, reafirma a necessidade de envolvimento dos alunos com uma proposta interessante.

O importante é que o acervo seja “trocado” frequentemente . Uma boa sugestão é eleger monitores responsáveis por ele em cada sala. A pesquisa dos títulos que comporão o espaço de leitura é uma boa motivação para o envolvimento dos estudantes.” Gerente da GELLEI

5.1 - Planejamento do Acervo:

Nesta investigação, os entrevistados sugerem que os espaços de leitura de sala de aula tenham seus acervos compostos por uma diversidade de gêneros e recursos de leitura que contemple materiais literários, panfletos informativos, livros, gibis, jornais, imagens, fotografias, letras de músicas, rótulos, textos para leitura rápida, dentre outros. Nesse sentido, a Gerente da GELLEI destacou o **livro**, de forma a valorizar o objeto da leitura. Os participantes ressaltaram, portanto, o conceito de leitura como algo mais amplo do que a decifração do código escrito. O Chefe do NCIL, por sua vez, inovou ao sugerir que *“um terminal com acesso à internet pode ser de grande valor para a leitura.”*

“Todo tipo de acervo, apropriado pra idade do leitor. Pode ser qualquer acervo, indiscutivelmente, desde o panfleto do jornal, do mercadinho com as promoções, qualquer invólucro, histórias em quadrinhos, rótulo de mercadoria... Uma das coisas que acho fundamental é que a gente quase não tem, quase não se pensa, por exemplo, fotografia, telas, elementos pictóricos. Que não seja só os livros de pintura. Não dá pra conceber, não dá pra se pensar.... Daí você tem diferentes materiais, réplicas de obras de arte. Uma vez eu trabalhei com alunos da estrutural, com matemática, com os recursos que eles podiam fornecer. Por exemplo, embalagem de papel higiênico, saquinhos plásticos... a gente fazia leitura matemática daquelas informações que vinham naquele contexto. O que diziam naquelas embalagens. Isso é letramento! Gente! Era fantástico, porque eles se apropriavam, porque eles eram proprietários daquele material. O orgulho deles trazendo aquilo pra sala de aula!!! “Não professora a gente tá usando o meu... o meu...” Coordenadora COMIED e Gerente GEBIVI

Um importante tema abordado foi a necessidade do planejamento de estratégias de acesso ao jornal impresso para as salas de aula da rede pública de ensino do DF, de todas as modalidades de ensino. Ressalta-se aqui que o valor geral do PDAF, independente de aditivos, permite tanto priorizar a aquisição acervos e espaços físicos tais como bibliotecas escolares, como permite a assinatura de periódicos, por exemplo, revistas e jornais.

“Penso que seria renovando, ampliando os acervos e assumindo assinaturas de revistas/gibis/paradidáticos que enriqueçam o espaço e diversifique o acervo disponível... Livros literários, parlendas, gibis, revistas infantis (juvenis), jornais (suplementos infantis/juvenis). “Cartelas” de leituras curtas (curiosidades, informações científicas, projetos ambientais), cartilhas e todo tipo de instrumento que respalde informações com linguagens

simples, clara, objetiva sobre os temas pertencentes aos programas educacionais desenvolvidos nas escolas. Compilados de histórias aventureiras baseadas em fatos reais.” Diretora de Escola Privada

Assim, o envolvimento de alunos e professores na escolha dos materiais, bem como a colaboração do professor lotado na sala de leitura, são considerados indispensáveis na construção do referido acervo. É importante que toda a comunidade escolar, principalmente alunos e professores, esteja envolvida na escolha do acervo

“Eu acredito que o material tem que ser discutido pedagogicamente pela escola. Tem que discutir com os alunos. Tem que discutir na coordenação pedagógica, com o conselho escolar. O foco tem que ser pedagógico. Diversificado. Optar sempre por materiais que discutem os problemas atuais da sociedade. Livros que possam discutir as questões de gênero, cidadania, etnia, diversidade, sustentabilidade, enfim... Todos que estão no PPP Carlos Mota.” Secretária Adjunta

Desse modo, participantes sugerem que o acervo pode ser rotativo e que deve haver permissão para empréstimos. Sugerem ainda que o acervo deve atender aos projetos desenvolvidos na turma bem como às temáticas propostas no Projeto Político Pedagógico Carlos Mota, publicado como norteador das ações da SEEDF, em 2012.

Os sujeitos desta investigação propõem que o acervo deve contemplar a diversidade brasileira e questões da atualidade. E ainda que sendo um acervo atrativo e interessante deve ainda gerar nos alunos um sentimento de identificação, tornando-se assim, um facilitador dos processos de formação de leitores nas Unidades Escolares.

“A gente só vai ter um acervo democrático e que atenda a pluralidade cultural, pluralidade racial, pluralidade social que existe no Brasil, se a gente colocar nesse acervo materiais que contemplem todos os nossos povos, todas as pessoas que constituem o povo brasileiro. Que pessoas são essas? Primeiro a gente tem que ter ideia que africanos, indígenas e europeus são a base do povo brasileiro. Então a gente não pode deixar que um material seja mais valorado dentro da escola do que outro. Então nesse acervo tem que constar com a mesma valoração materiais que representem essas populações que constituíram o povo brasileiro e que constituem o povo brasileiro. Temos que ter materiais que falem com o mesmo valor, com o mesmo apreço de africanos, de indígenas e de europeus. A gente não pode mais pensar de um acervo, em uma sala de leitura, onde prevaleçam as imagens apenas das pessoas brancas. Porque o país, no último censo de 2010, traz que mais de 50% das pessoas se auto-declaram pretas e pardas. Então se a gente coloca um acervo, onde a maioria das imagens, onde toda a referência da leitura, onde os textos tragam uma valorização da pessoa branca, em detrimento da pessoa negra, em detrimento da pessoa indígena, provavelmente, a gente vai estar mais uma vez, dando mais valor a uma parcela da população. Essa é uma primeira questão que eu penso que a

gente tem que ter bastante cuidado, ao compor esses acervos.”
 Coordenadora CEDIV

Os entrevistados fizeram referência á necessidade de um planejamento cuidadoso e criterioso na composição dos acervos para os espaços de leitura de sala de aula. Esta reflexão é compartilhada por Stella Maris Bortoni-Ricardo e Angela Kleiman. Nesse sentido, Stela (2007) aborda a questão da aprendizagem do vocabulário e da dificuldade dos alunos de classes populares realizarem leituras com vocabulários complexos e distantes de sua realidade.

Grande parte dos textos veiculados na escola brasileira reflete uma visão de mundo filtrada pela cultura de letramento, e é vazada em um vocabulário estranho às crianças provenientes de grupos sociais com cultura predominantemente oral [...].(BORTONI-RICARDO. S.M. , 2007, p. 8)

Da mesma forma, Kleiman (2007) valoriza a diversidade de gêneros textuais no trabalho pedagógico, mas alerta para o fato de que o planejamento não deve se pautar na aprendizagem dos gêneros em si, e sim nas práticas sociais envolvidas na utilização dos diversos gêneros textuais do cotidiano dos alunos.

Fica evidenciado que textos cujo tema (e conseqüentemente o vocabulário) é familiar aos alunos são bem compreendidos e reproduzidos. A compreensão de textos com vocabulário muito distante do léxico produtivo e receptivo dos alunos fica muito dificultada, especialmente para crianças provenientes de grupos sociais com pouca participação em práticas sociais letradas. (BORTONI-RICARDO. S.M. , 2007, p. 8)

Diante do exposto, compreendemos a importância de que os textos disponibilizados aos alunos sejam de fácil compreensão para os alunos, a fim de ampliar sua fluência e gosto pela leitura. Da mesma forma, uma ampla diversidade de objetos, práticas e suportes de leitura deve ser contemplada.

Compreendemos que uma variedade de práticas pedagógicas de leitura, assim como a diversidade das linguagens ofertadas aos alunos para a leitura são de suma importância como pressupostos para garantir a realização de processos de alfabetização funcional plena, a aquisição de conhecimento e a formação do gosto pela leitura.

Assim, livros literários, revistas, gibis, jornais, livros paradidáticos devem compor esse espaço. Um acervo diverso e atualizado, o suficiente, para subsidiar professores e alunos no desenvolvimento dos conteúdos e projetos em pauta naquele momento. Portanto o acervo deve ser dinâmico e construído coletivamente: pelos professores; apontando em suas coordenações coletivas os temas a serem trabalhados naquela semana, quinzena ou mês, pelos alunos; que podem sugerir publicações conhecidas

por eles, que podem, ainda buscar em grupos na biblioteca obras correlatas aos temas desenvolvidos, com a ajuda do(s) profissional(is) que lá atuam e /ou acompanhados por professores e coordenadores pedagógicos . Gerente da GELLEI

Destacamos mais uma citação oriunda da entrevista com a Coordenadora da CEDIV onde ela menciona a relevante e polêmica questão da necessidade de realização de leituras críticas dos referidos acervos, sendo igualmente necessária a habilidade do educador em realizar leituras críticas com seus alunos.

“Mesmo que a gente tenha materiais clássicos, e aí eu vou pegar o exemplo do Monteiro Lobato, que é um dos autores que foi o protagonista de uma grande polêmica, com ápice no anos de 2011 e 2012. Então se a gente tiver obras do Monteiro Lobato, e eu acredito que até tenha que ter. Que esses professores que vão participar e até fazer acontecer isso, que vão fazer esse projeto dentro da escola, essas pessoas que vão trabalhar com esse acervo, tenha a condição de fazer uma leitura crítica desse material. Tenham a condição de mostrar o autor que é racista, o autor que é homofóbico, o autor que não considera a preservar o meio ambiente, que coloca nas suas obras textos que não contemplam a preservação do meio ambiente, por exemplo.” Coordenadora CEDIV

Desse modo, Paulo Freire demonstra posicionamento contributivo à reflexão crítica oferecida pela entrevistada acima mencionada.

Refiro-me a que a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade daquele. Na proposta a que me referi acima, este movimento do mundo à palavra e da palavra ao mundo está sempre presente. Movimento em que a palavra dita flui do mundo mesmo através da leitura que dele fazemos. De alguma maneira, porém, podemos ir mais longe e dizer que a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo mas por uma certa forma de “escrevê-lo” ou de “reescrevê-lo”, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente. (FREIRE,1997, p. 20)

5.2 – Pertencimento:

Por ser frequentemente evidenciada, esta categoria mostrou-se bastante relevante na construção da pesquisa em questão. Os entrevistados entendem o desenvolvimento de uma relação de pertencimento da comunidade envolvida com o espaço de leitura de sala de aula é necessário e tem fundamental relevância na efetividade dessa política.

“(...) a proposta de existir dentro do espaço da sala de aula um acervo escolhido, pensado, a partir dos horizontes de experiências dos alunos, para que também se amplie esse horizonte (porque afinal de contas a leitura é pra isso, ela não é pra que o aluno se mantenha meramente em sua visão de mundo, mas muito pelo contrário, pra que ela conheça outros olhares, outras culturas, outros povos, isso é legal), é bastante importante.” Gerente da GEBIVI e Coordenadora da COMIED

Assim, destaca-se a sugestão da Coordenadora da CEDIV sobre a importância de que a política aconteça prioritariamente apenas pela adesão de professores e Unidades Escolares interessados. Na sua visão, esse envolvimento inicial apenas dos maiores interessados contribuiria como exemplo e referência para a construção desses espaços de leitura em todas as salas de aula.

A investigada sugere que, se encampada na escola por indivíduos interessados na mediação da leitura, a política poderá se tornar efetiva e passível da atração de adeptos, devido à admiração dos observadores e à confiança adquirida no alcance dos resultados.

A questão do pertencimento trata do sentimento de pertencimento do grupo de alunos em relação ao espaço de leitura, do professor e da escola com o planejamento desse recurso pedagógico, a relação dos materiais de leitura com os projetos pedagógicos desenvolvidos na escola e na SEEDF. Em vários trechos de entrevistas e de questionários já citados é possível observar esta categoria.

Já a identificação dos alunos com a qualidade do acervo, destacada no trecho a seguir, foi indicada como estratégia de formação de leitores em toda a comunidade escolar.

“Se elas lêem e vem que aquilo representa a comunidade onde elas estão inseridas, representa o mundo onde ela está inserida, que representa o povo dela, a cultura dela, ela começa a se ver naquele material. Ela começa a sentir vontade de ler. Agora, se a gente, for pegar um material que traz uma visão única de um povo, de uma cultura, e a gente não tiver essa ampliação de olhares, a gente também não vai ter ampliação desses espaços de leitura, a gente também não vai ter ampliação desses tempos, dessa qualidade da leitura dos alunos. Uma coisa está ligada a outra. Se a gente não define muito bem esse acervo, se a gente não cuida muito bem, se a gente não tem uma boa formação desse profissional que vai estar incentivando, que estará a frente desse trabalho. A gente também não vai conseguir ampliar esses espaços, esses tempos, essas qualidades das leituras. O aluno, ao se sentir confortável com essa leitura, ao se sentir pertencente a esse acervo que lhe foi confiado, ele vai comentar em casa. Vai dizer “Pai, Mãe, Tio, Tia.. lá na escola eu tô lendo um livro muito legal, que fala sobre a nossa origem, que tem histórias que batem com o que vocês me contam dos meus avós...” Os pais vão começar a se interessar por isso também. A comunidade escolar que vai ser contagiada por isso também e aí cada vez mais leitores vão ser formados. Pode parecer que essa minha fala é simplista. Mas eu acredito plenamente que é possível, que não é uma utopia, que é viável. Se a gente observar quem é essa comunidade, quem são esses nossos estudantes, e a gente observar mais que isso, como que é formado o nosso povo. O que interessa a essas pessoas que estão dentro dessa comunidade onde está inserida essa escola. Se a gente observa isso, a gente vai ter ampliação e a gente vai ter cada vez mais uma qualidade de leitura dos nossos alunos.”
Coordenadora CEDIV

6. Resultados Esperados - Impacto social e Conquistas Pedagógicas:

Esta categoria de análise de dados apresenta os **resultados esperados** por parte dos educadores, no que se refere ao impacto e aos resultados pedagógicos da política de implementação e fortalecimento dos espaços de leitura de sala de aula na SEEDF.

“(...) O grande objetivo da SEEDF é formar estudantes leitores. Leitores fluentes, críticos, cidadãos. Leitores verdadeiros que extrapolem os muros da escola. E nesse sentido, acredita-se que os espaços de leitura contribuam para democratizar e favorecer o acesso ao livro.” Gerente GELLEI

Nesse sentido, evidencia-se que a expectativa é de que haja uma mudança na realidade atual:

Sabemos também que (os jovens) buscam a biblioteca para realizarem as atividades escolares e, quando deixam de ser estudantes, em geral abandonam esse equipamento cultural. (FAILLA, Z. in: AMORIM, G. 2008, p. 107)

A análise mostra que, no entendimento dos participantes, um planejamento coletivo dos espaços de leitura de sala de aula pode promover o sentimento de pertencimento, por parte dos alunos e dos professores, e até da comunidade escolar, em relação ao referido espaço e a seu acervo. Assim, tal estratégia pedagógica é considerada relevante para a formação de leitores tanto na escola como na comunidade escolar.

A investigação sugere que os educadores esperam alcançar, como resultados dessa ação: a aquisição de proficiência da língua materna, o favorecimento do sucesso escolar e o aumento da qualidade dos índices nas avaliações educacionais.

“A escolaridade por si forma leitores. A escola é o lugar da cultura letrada. Então você assegurar um bom trânsito escolar, ou seja, um bom fluxo escolar. Com percurso escolar de sucesso e não de fracasso, de reprovação, de repetência. Já é um excelente caminho. Um bom leitor é construído nos seus anos de interação com a cultura letrada. A cultura letrada exige um pouco de oportunidade. Diferente da cultura popular, cultura popular você acessa quando troca nos ambientes coletivos. A cultura letrada é mais restrita, é mais elitista (...). O que acho que a gente consegue formar? Uma boa alfabetização, sem fracasso. Oportunidades de letramento, e aí dessa experiência da função social da leitura e da escrita. Educação integral, permitindo a experiência da leitura como lazer. Chefe de Gabinete

“(...) Não pra que você seja um veículo manipulador, mas que você seja um veículo de formação de opinião. E quando a gente tem essa questão de dispor o aluno o interesse da leitura, não é uma leitura mecânica, é um entendimento. Então se você consegue gerar esse entendimento, seja em que

padrão, em que perfil, em que recurso seja, você ta exercendo a cidadania. Então isso é o que eu acho mais fantástico, que seria o meu sonho utópico de desenvolvimento. Desenvolver a capacidade de leitura, o senso crítico, melhorar a qualidade da educação, os índices, o desenvolvimento social como um todo.” Gerente GEBIVI e Coordenadora COMIED

A investigação indica que os educadores esperam a aquisição de proficiência da língua materna, o favorecimento do sucesso escolar e o aumento da qualidade dos índices nas avaliações educacionais.

Quando argüidos sobre que resultados esperam alcançar, respondem:

“Melhoria da qualidade do ensino. Abertura pra um novo mundo, para o contexto e para o mundo das letras. Possibilidades de um aprendizado mais lúdico e prazeroso além de reverter os índices de retração, proporcionando uma aprendizagem sem distorção entre idades/séries. Com certeza essa medida ajudará a elevar o IDEB do DF além das demais medidas adotadas hoje, dentre elas: Ampliação do PDAF; Criação da Educação Integral PROETI; Melhoria dos espaços físicos; Formação continuada dentro das escolas; Políticas de ciclos;” Secretária Adjunta

*“Creio que o que alcançamos aqui. Maior interesse pela leitura prazerosa, aumento de vocabulário, capacidade de argumentação, maior riqueza de expressão (verbal e escrita) maior/melhor compreensão da própria leitura.”
Diretora de Escola Privada*

Desse modo, as políticas públicas de fomento ao livro e à leitura possibilitam a formação de leitores, não apenas na escola, mas em toda a comunidade escolar.

Entende-se, no entanto, que algumas ações de formação devam acompanhar a política em questão, a fim de garantir sua efetividade. Dessa forma, ressalta-se a importância da formação de mediadores de leitura na escola e na comunidade escolar, da formação de professores como leitores, bem como da formação continuada de professores em níveis, como em cursos regulares, especializações, mestrado e doutorado.

Espera-se, assim, que os referidos cursos proporcionem ao educador aprendizagens relacionadas ao fomento à pesquisa escolar, à utilização de bibliotecas, e à mediação da leitura de diferentes linguagens e em uma diversidade de suportes e objetos passíveis de leitura. Sugere-se ainda a capacitação para a realização de eventos culturais, de modo a propiciar uma dinâmica cultural na escola, a partir da implementação, criação ou fortalecimento das bibliotecas de sala de aula.

Os entrevistados esperam o alcance de metas e resultados em curto e médio, mas principalmente, em longo prazo. Entre esses resultados, espera-se: a formação de platéias e a formação de leitores capazes de decifrar e apreciar signos, por exemplo, em exposições de artes, apresentações teatrais, espetáculos de dança e concertos musicais, entre outros eventos culturais.

Ficamos com mais um desafio. Não basta reformar bibliotecas, ampliar estantes, atualizar e ampliar acervos, contratar bibliotecários. Será preciso transformar essas bibliotecas em centros culturais e oferecer atividades e atendimento que a transformem em um bem cultural vivo. (FAILLA, Z. In AMORIM, G. 2008, p. 107)

“Os países que investiram em formação de leitores se desenvolveram! Uma população tem que ser mobilizada: ações coletivas direcionadas para esse público... Tem muita comodidade, nas instituições tem que ter mais valorização, mobilização popular e envolvimento. Falta uma política pública voltada só para isso!” Professora

Os relatos demonstram a crença dos participantes em uma efetividade da política em questão que, em conjunto com outras ações de melhoria na qualidade da educação pública no DF, poderão promover longo prazo, o desenvolvimento cultural, social e econômico no DF.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A pesquisa evidenciou um amplo potencial de formação de leitores a partir da política de ampliação dos espaços de leitura de sala de aula prevista no Plano do Distrito Federal do Livro e da Leitura – PDLL e implementada, na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, pelo Programa de Descentralização Administrativa e Financeira - PDAF.

A análise das expectativas dos participantes demonstra que a gestão democrática participativa é fundamental para que o empenho do recurso em análise alcance seus objetivos. Os resultados mostram que a participação dos membros da comunidade escolar no planejamento da construção dos espaços de leitura de sala de aula foi elencada pelos educadores investigados como fator decisivo para a definição da qualidade do acervo e conseqüente desenvolvimento do sentimento de pertencimento desse espaço nos membros de cada comunidade.

Na visão dos entrevistados (1) a formação continuada de professores e (2) a formação de professores como mediadores de leitura, bem como (3) a formação de outros membros da comunidade escolar para a mediação da leitura são ações fundamentais para que a política implementada alcance sua eficácia.

Um fato indicado no referencial teórico e confirmado nos resultados dessa investigação é a necessidade de (4) formação dos professores da rede pública de ensino como leitores. Demonstra-se, assim, a importância das ações de formação continuada na escola e na comunidade, bem como as ofertadas pela Escola de Formação dos profissionais de Educação - EAPE e por instituições de ensino superior, para a eficácia da política e o alcance dos resultados esperados.

Do mesmo modo, a qualidade e a diversidade dos acervos de leitura de sala de aula são de extrema relevância, devendo ser concebidos de maneira criteriosa, com o envolvimento de alunos, professores, coordenação pedagógica coletiva, bem como da totalidade da comunidade escolar, incluindo-se os servidores da carreira assistência e os responsáveis pelos alunos.

Assim, os acervos dos espaços de leitura de sala de aula devem contemplar questões da atualidade, temas previstos no Projeto Político Pedagógico professor Carlos Mota da SEEDF, publicado em 2012, e ainda uma diversidade de suportes de leitura, bem como de gêneros textuais.

O objeto de leitura livro deve receber destaque entre os materiais que compõem os acervos dos espaços de leitura de sala de aula. Os informantes ressaltaram que publicações

literárias e informativas, imagens, fotografias, panfletos e programas de espetáculos, bem como o acesso à internet devem compor os acervos. Estes precisam ser integrados com o Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar e, principalmente, oferecer suporte aos projetos de estudo e projetos de leitura de cada turma.

Destacam-se, no entanto, os jornais e gibis, dentre outros periódicos, por não haver atualmente um convênio estabelecido pela SEEDF para o fornecimento da percepção desses materiais. Atualmente cada Unidade Escolar tem autonomia para priorizar a aquisição de livros e periódicos, o que pode ser realizado pela ata de empenho das despesas com o PDAF, nas rubricas gerais de fomento ao aprimoramento pedagógico.

Embora os materiais do acervo possam se relacionar com os projetos em estudo em cada escola, esta pesquisa revela que as leituras espontâneas, prazerosas e livres de obrigações interferem positivamente nos processos de formação de leitores.

Assim, é importante ressaltar que a livre escolha dos textos feita pelos alunos e “a leitura pela leitura”, desprovida de tarefas e obrigações, são essenciais no planejamento pedagógico da utilização desses espaços de leitura.

O espaço de sala é, portanto, entendido como uma biblioteca de sala de aula e, assim, como dínamo cultural, por isso a relação entre tais espaços deve ser estreita. É possível então que o professor da sala de leitura ou biblioteca escolar colabore na construção dos acervos de sala, selecionando e distribuindo títulos, contribuindo assim com a rotatividade desse acervo.

Valoriza-se, então, a viabilidade do empréstimo domiciliar dos materiais desse acervo, a fim de promover a relação de pertencimento com o acervo, bem como a intimidade do aluno com o objeto de leitura, e ainda contribuir com a formação de leitores entre o grupo constituído de responsáveis pelos alunos.

Os resultados demonstram expectativas de que a política em análise contribua em curto, médio e longo prazos para a formação de leitores, para a formação de alfabetizados plenos, e para o conseqüente desenvolvimento cultural, econômico e social no Distrito Federal.

Os resultados possibilitam que uma série de novas perguntas sejam formuladas, de modo a sugerir a realização de outras investigações como desdobramentos desta. Questões relacionadas à identificação e/ou análise do comportamento leitor de alunos e de professores da rede pública mostram-se relevantes para uma melhor atuação nas referidas políticas públicas.

Ações em caráter de orientação pedagógica para as Unidades Escolares poderão ser implementadas a partir das propostas aqui desveladas, principalmente no que se refere à (1)

gestão participativa democrática proposta para a implementação dessa política, no que concerne à (2) qualidade dos acervos dos novos espaços de leitura de sala de aula e ainda na proposição da (3) descoberta dos possíveis talentos, entre os membros das Unidades Escolares e de suas comunidades, para a mediação da leitura.

Investigar se há nas Unidades Escolares atualmente espaços de leitura, bem como compreender como tais espaços se configuram, é tão relevante para desvelar os reais resultados dessa política financeira quanto acompanhar e avaliar a implementação e o fortalecimento dos espaços de leitura a serem criados a partir desse fomento.

Torna-se útil acompanhar o interesse dos estudantes na leitura, sua constituição enquanto leitores, e o envolvimento da comunidade escolar como um todo, a fim de monitorar o desenvolvimento da relevante política em questão.

É necessário, então, que se implementem ações de fomento ao Eixo Estratégico 2 do PDLL - *Fomento à leitura e à formação de mediadores* - a partir de (2.3) *estudos e fomento à pesquisa nas áreas do livro e da leitura*, sob a diretriz de *apoiar pesquisas sobre práticas de leitura no DF*.

Esta investigação, portanto, reafirma a necessidade urgente de estabelecimento de parcerias entre SEEDF, instituições de fomento à pesquisa e Instituições de Ensino Superior, com a finalidade de acompanhar, prever e avaliar as demandas de pesquisas científicas no campo do livro e da leitura no DF.

Assim, é imprescindível o estabelecimento de projetos e grupos de pesquisa interdisciplinares, que promovam o conhecimento científico apurado no campo do livro e da leitura no DF. Cabe, portanto, antecipar delineações políticas, como as identificadas nesta investigação, a fim de aprimorar o desenvolvimento das políticas públicas de reparação propostas no Plano do Distrito Federal do Livro e da Leitura – PDLL e no Plano Nacional do Livro e da Leitura – PNLL.

REFERÊNCIAS:

- ALQUÉRES, Hubert. Por uma nação de leitores. In: AMORIM, Galeno (Org.) **Retratos da Leitura no Brasil 2** – São Paulo: Imprensa Oficial: Instituto Pró-livro, 2008. Apresentação, p. 11.
- ALVES, Manoel. Governança Educacional e gestão escolar: reflexos na responsabilidade social da educação. In: GUIMARÃES-LOSIF, Ranilce (Org.) **Política e Governança Educacional** – Contradições e desafios na promoção da cidadania. Brasília – DF: Universa: Liber livro, 2012.
- AMORIM, Galeno (Org.) Os muitos retratos da leitura no Brasil. In: _____ **Retratos da Leitura no Brasil 2** – São Paulo: Imprensa Oficial: Instituto Pró-livro, 2008. Introdução.
- AMORIM, Galeno (Org.) **Retratos da Leitura no Brasil 2** – São Paulo: Imprensa Oficial: Instituto Pró-livro, 2008.
- ANDI. **Infância e comunicação** – referências para o marco legal e as políticas públicas Brasileiras/ coordenação editorial Vivarta Veet. – Brasília, 2011.
- BAGNO, MARCOS. **Nada na língua é por acaso ciência e senso comum na educação em língua materna** disponível em, http://www.portugueseagramatica.com.br/media/bagno/7-_nadanalinguaeporacaso.pdf, consultado em 04/06/2013.
- BAGNO, Marcos. **Pesquisa na escola: o que é, como se faz.** São Paulo: Loyola, 1998 apud, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS, OEI, UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro **Avaliação das Bibliotecas Escolares no Brasil** – CEIDEA, Coleção de Estudos, 2001.
- BAMBERGER, Richard. **Como Incentivar o Hábito de Leitura.** (trad. Octavio Mendes Cajado) 4ªed. São Paulo : UNESCO/ Editora Ática, 1988.
- BETTELHEIM, Bruno. **A Psicanálise dos Contos de Fadas.** (trad. Arlete Caetano). 12ªed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1980.
- BICUDO, M.A.V., Esposito, V.H.C. (Org..) **A pesquisa qualitativa em educação: um enfoque fenomenológico.** Sociedade Brasileira de Estudos e Pesquisas Qualitativos. Piracicaba : Editora Unimep, 1994.
- BORTONI-RICARDO. S. M. **Compreensão de Leitura: da palavra ao texto.** In: Palavra: forma e sentido. GUIMARÃES, E; MOLLICA, C. (org). Campinas/SP: Mercado de Letras, 2007. [no prelo]. , disponível em: <http://pessoal.educacional.com.br/up/50280001/2902237/Compreens%C3%A3o%20de%20Leitura.pdf>, consultado em 04/06/2013.
- BRASIL, Governo Federal, Ministério da Cultura, Secretaria de Políticas Culturais, Plano Nacional da Cultura, **As Metas do Plano Nacional de Cultura**, Junho de 2012.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais** Volume 2: Língua Portuguesa. Brasília : MEC, 1997
- CADEMARTORI, Lúcia. **O que é literatura infantil** 4a. ed São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- CUNHA, Maria Antonieta Antunes. Acesso à leitura no Brasil. In: AMORIM, Galeno (Org.) **Retratos da Leitura no Brasil 2** – São Paulo: Imprensa Oficial: Instituto Pró-livro, 2008. Cap.3, p.50-56.
- DALMÁS, Angelo. **Planejamento Participativo na Escola: elaboração, acompanhamento e avaliação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- DISTRITO FEDERAL (Brasil) **PDLL: Plano do Distrito Federal do Livro e da Leitura: Brasília, capital da leitura.** Mírian Barbosa Raposo, André Rodrigues Pereira, Marenha Maria Ribeiro do Rosário (organizadores). – Brasília, 2012.
- DOURADO, Luiz Fernandes; PARO, Vítor Henrique (Orgs.). **Políticas públicas para a educação básica.** São Paulo: Xamã, 2001.

- FAILLA, ZOARA (Org.) **Retratos da Leitura no Brasil 3** – São Paulo: Imprensa Oficial Estado de São Paulo: Instituto Pró-livro, 2012.
- FAILLA, Zoara. **Os jovens, leitura e inclusão**. In: AMORIM, Galeno (Org.) **Retratos da Leitura no Brasil 2** – São Paulo: Imprensa Oficial: Instituto Pró-livro, 2008.
- FAILLA, ZOARA **Leituras dos “retratos” o comportamento leitor do brasileiro** In: _____ (Org.) **Retratos da Leitura no Brasil 3** – São Paulo: Imprensa Oficial Estado de São Paulo: Instituto Pró-livro, 2012.
- FAURE, Edgar et al. **Aprender a ser. Lisboa**: Bertrand, 1977 apud DALMÁS, Angelo. **Planejamento Participativo na Escola**: elaboração, acompanhamento e avaliação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- FERNANDES, Dirce Lorimier. **A literatura Infantil**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- FREINET, Celestin. **O Método Natural I - a aprendizagem da língua**. 2^a. ed. Portugal, Lisboa: Editorial Estampa, 1989.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 34^a. Ed. São Paulo: Cortez, 1997. (Col. Questões da nossa época; v. 13)
- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL; Ministério da Cultura; Ministério da Educação. **PNLL – Plano Nacional do Livro e da Leitura**: Estado e Sociedade Atuando pelo Desenvolvimento da Leitura no Brasil. Publicação do Caderno do PNLL, Edição Atualizada, 2010.
- GARCEZ, Lucília. **A leitura da leitura**. Opinião In: Correio Braziliense, domingo, 29 de julho de 2012, p. 19.
- GOMES, Isis Valeria. Retrospectiva – o acesso ao livro e à leitura pelos jovens no Brasil. In: FAILLA, ZOARA (Org.) **Retratos da Leitura no Brasil 3** – São Paulo: Imprensa Oficial Estado de São Paulo: Instituto Pró-livro, 2012.
- GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, Subsecretaria de Educação Básica. **Projeto Político-Pedagógico Professor Carlos Mota**. Brasília, 2012.
- HOYOS, Bernardo e SALINAS, Lenin. Comportamento Leitor e acesso ao livro em países da Ibero-América – estudos pelo Cerlalc In: FAILLA, ZOARA (Org.) **Retratos da Leitura no Brasil 3** – São Paulo: Imprensa Oficial Estado de São Paulo: Instituto Pró-livro, 2012.
<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2012-09-04/turmas-de-alfabetizacao-terao-biblioteca-em-sala-de-aula-a-partir-de-2013.html>, acessado em 08/04/2013.
<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2012-09-04/turmas-de-alfabetizacao-terao-biblioteca-em-sala-de-aula-a-partir-de-2013.html>, acesso em 08/04/2013.
<http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/texto.asp?id=2834>, consultado em 01/02/2013.
<http://www.se.df.gov.br/>
- KLEIMAN, Angela **Leitura: ensino e pesquisa**. Campinas, S.P.: Pontes, 1989.
- KLEIMAN, Angela B. **Letramento e suas implicações para o ensino de língua materna**. in: SIGNO Santa Cruz do Sul, v. 32, n. 53, p. 1-25, dez, 2007. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/view/242/196>, acessado em 05/06/2013.
- LAJOLO, Marisa. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. 2a. ed. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- LINDOSO, Felipe. A cadeia produtiva do livro e a leitura. In: AMORIM, Galeno (Org.) **Retratos da Leitura no Brasil 2** – São Paulo: Imprensa Oficial: Instituto Pró-livro, 2008.
- MACHADO, Ana Maria. **Como e por que ler os clássicos universais desde cedo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- MANGUEL, Alberto. **Lendo imagens: uma história de amor e ódio** (trad. Rubens Figueiredo, Rosaura Eichenberg, Cláudia Strauch). _ São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MANGUEL, Alberto. **Uma história da Leitura** (trad. Pedro Maia Soares). _ São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

- MARQUES NETO, José Castilho (Org.) **PNLL: Plano Nacional do Livro e da Leitura.** (textos e história: 2006-2010)– São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010.
- MAZZINI, Claudia Perrotta. **Histórias de contar e de escrever: a linguagem no cotidiano.** São Paulo: Summus, 1995.
- MEDEIROS, Arilene Maria Soares de. **Democratização e mudanças práticas na gestão escolar** LINHAS CRÍTICAS, Brasília, DF, v. 17, n.32, p. 137
- MEIRELES, Cecília. **Problemas da Literatura Infantil** . Direção Fanny Abramovich 2a. ed. São Paulo: summus editorial, 1979.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa** Folheto de divulgação , sem data.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS, OEI, UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro **Avaliação das Bibliotecas Escolares no Brasil – CEIDEA, Coleção de Estudos**, 2001.
- NUNES, Lygia Bojunga. **LIVRO: Um Encontro com Lygia Bojunga Nunes.** Rio de Janeiro: Agir, 1988.
- OEI, CERLALC, **Agenda de políticas de lectura**, 2004. Disponível em: [www.cerlalc.org/files/tabinterno/4ad67b_Agenda Politicass Lectura.pdf](http://www.cerlalc.org/files/tabinterno/4ad67b_Agenda_Politicass_Lectura.pdf), (consultado em 30.04.2013)
- PAZ, Noemi. **Mitos e ritos de iniciação nos contos de fadas.** São Paulo: Cultrix/Pensamento, 1992.
- PENNAC, Daniel. **Como um romance.** Rio de Janeiro. Ed. Rocco, 1993.
- PIÚBA, Fabiano dos Santos. Por uma leitura dos “retratos” – desafios para o desenvolvimento social da América Latina In: FAILLA, ZOARA (Org.) **Retratos da Leitura no Brasil 3** – São Paulo: Imprensa Oficial Estado de São Paulo: Instituto Pró-livro, 2012.
- RANGEL, Mary. **Dinâmicas de leitura para sala de aula.** Rio de Janeiro: Vozes, 1990.
- RIBEIRO, Jonas. **Ouvidos dourados – A arte de ouvir as histórias para depois contá-las.** 4ª. ed. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2002.
- SANT’ANNA, Afonso Romano de **Anotações para uma história da leitura** in: NETO, José Castilho Marques (Org.) **PNLL: Textos e história** – São Paulo: C Cultura Acadêmica Editora, 2010.
- SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Leitura na Escola e na Biblioteca.** Campinas. SP. Papiros, 1986.
- SISTO, Celso. **Textos e pretextos sobre a arte de contar histórias.** Chapecó: Argos, 2001.
- SOSA, Jesualdo. **A literatura infantil.** São Paulo: Cultrix, 1978.
- Unesco, IFLA **Manifesto IFLA/Unesco para a biblioteca escolar**, Neusa Dias de Macedo (trad.)IFLA (sigla em inglês para Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias, 1999. in: <http://www.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>. (acesso em 31/03/2013).
- WEIERS, Daniela Piergili. **Políticas Públicas de Fomento à Leitura: política nacional, agenda governamental e práticas locais.** Marta Ferreira Santos Farah (orientador), Escola de Administração de Empresas de São Paulo - 2011
- WERTHEIN, Jorge. **Leitura e Cidadania.** In: AMORIM, Galeno (Org.) **Retratos da Leitura no Brasil 2** – São Paulo: Imprensa Oficial: Instituto Pró-livro, 2008. Cap. 2, p. 42- 48. www.portaltrilhas.org.br
- XAVIER, Carlos Alberto Ribeiro de **A importância do mestre-escola, ou do professor como mediador da leitura** in: NETO, José Castilho Marques (Org.) **PNLL: Textos e história** – São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010.
- YUNES, Eliana (Org.) **A Leitura e a Formação do Leitor: Questões Culturais e Pedagógicas.** Rio de Janeiro : Edições Antares, 1984
- YUNES, Jorge. **Construindo um Brasil leitor.** In: AMORIM, Galeno (Org.) **Retratos da**

- Leitura no Brasil 2** – São Paulo: Imprensa Oficial: Instituto Pró-livro, 2008. Prefácio, p.7.
- ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola**. 6a. edição São Paulo: Global editora, 1987.
- ZILBERMAN, Regina. **Ler é dever, livro é prazer?** In: FAILLA, ZOARA (Org.) **Retratos da Leitura no Brasil 3** – São Paulo: Imprensa Oficial Estado de São Paulo: Instituto Pró-livro, 2012.

APÊNDICE

APÊNDICE Caderno de Entrevista

Conteúdo:

Informações sobre a pesquisa

Termo de consentimento livre e esclarecido

Questionário (conjunto de perguntas)

Informações sobre a pesquisa:

Esta pesquisa de Renata Pacini Valls Carvalho é desenvolvida para o Curso de Especialização *Lato sensu*, em Coordenação Pedagógica, oferecido pela SEEDF, em parceria com o CFORM/UnB e o Programa Nacional Escola de Gestores, do Ministério da Educação.

A pesquisa **Contribuições pedagógicas do Plano Nacional do Livro e da Leitura - PNLL e do Plano do Distrito Federal do Livro e da Leitura - PDLL: Um estudo sobre a construção de uma política de fortalecimento e ampliação de espaços de leitura nas salas de aula** tem como objetivo geral investigar, analisar e compreender as políticas públicas da SEEDF voltadas para a ampliação dos tempos e espaços de leitura nas salas de aula da rede pública de ensino.

As respostas às perguntas desta pesquisa poderão contribuir como sugestões para a formulação de políticas públicas e para a produção de materiais de orientação pedagógica destinados à gestão democrática e participativa nas Unidades Escolares desta rede.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, RG n.º _____, declaro ter sido informado(a) pelo(a) pesquisador(a) Renata Pacini Valls Carvalho a respeito dos riscos, benefícios e confidencialidade do questionário fornecido para a pesquisa **Contribuições pedagógicas do Plano Nacional do Livro e da Leitura - PNLL e do Plano do Distrito Federal do Livro e da Leitura - PDLL: Um estudo sobre a construção de uma política de fortalecimento e ampliação de espaços de leitura nas salas de aula**. Também participo voluntariamente ciente de que a publicação e divulgação dos resultados, por meio digital e/ou presencial, nas quais, se for do meu interesse, serão omitidas todas as informações que permitam identificar-me, contribuirá para a compreensão do fenômeno estudado e produção de conhecimento científico.

Brasília, _____ de _____ de 2013.

Assinatura do participante

Esclarecimentos a respeito da pesquisa:

- Justificativas e objetivos.
- Descrição do método utilizado e métodos alternativos existentes.
- Desconfortos e riscos associados.
- Benefícios esperados (para o voluntário e comunidade).
- Garantia de confidencialidade das informações geradas e a privacidade da pesquisa.
- Participação voluntária e possibilidade de retirada do consentimento a qualquer tempo, sem prejuízo na relação com o pesquisador ou com a instituição.
- Conduta para sanar eventuais dúvidas acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa.
- Recebimento de cópia deste termo.

Contatos:

Pesquisador(a) responsável: Renata Pacini Valls Carvalho/ cel 81276875

e-mail: renatavalls@gmail.com

Orientadora: Prof.^a Lucilene Costa e Silva

Roteiro de Entrevista

- 1 – Considerando a Gestão Democrática na SEEDF, como você espera que ocorra o planejamento do uso do recurso do PDAF destinado à ampliação dos espaços de leitura em sala de aula?
- 2 – Que materiais devem compor os acervos dos espaços de leitura de sala de aula na Educação Básica?
- 3 – Como pode ser organizada a rotina de utilização dos espaços de leitura das salas de aula?
- 4- De que forma os espaços de leitura de sala de aula devem se relacionar com a biblioteca escolar?
- 5 – Que resultados você espera que a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal alcance a partir da ampliação dos espaços de leitura nas salas de aula?
- 6 – Que orientações devem ser oferecidas às Unidades Escolares para que a ampliação dos espaços de leitura de sala de aula propicie a ampliação dos tempos e da qualidade da leitura dos alunos, dos professores e de toda a comunidade escolar?
- 7 – Que outras ações são fundamentais para formar leitores na SEEDF?
- 8 – Que ações são fundamentais para formar mediadores de leitura na SEEDF?
- 9 – Você gostaria de declarar sua identidade como participante da pesquisa ou prefere omitir e preservar sua identidade como sujeito desta pesquisa?

ANEXO

ANEXO – Portaria 71 de 2013, SEEDF, PDAF